

Carlos E. Elias
de Oliveira

João
Costa-Neto

DIREITO CIVIL

VOLUME
ÚNICO

2^a
edição

revista e
atualiza



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

Fechamento desta edição: 19.01.2023

O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

Capa: Fabrício Vale

**CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

O46d

2. ed.

Oliveira, Carlos E. Elias de

Direito civil : volume único / Carlos E. Elias de Oliveira, João Costa-Neto. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Método, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-664-7

1. Direito civil - Brasil. I. Costa Neto, João. II. Título.

22-81903

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

1. LINDB	1
1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB	1
1.1. Objeto.....	1
2. Direito Objetivo e Subjetivo.....	2
2.1. Definição	2
2.2. Direito subjetivo em sentido estrito e direito potestativo.....	2
2.2.1. Definição.....	2
2.2.2. Espécies de direito potestativo com base na doutrina alemã: extensão ao Brasil.....	3
2.2.3. Direito subjetivo relativo e direito subjetivo absoluto	3
2.2.4. <i>Ius in personam</i> e <i>Ius in rem</i>	3
2.2.5. Exemplo de utilidade: prescrição vs. decadência.....	4
3. Aspectos gerais sobre a lei	5
3.1. Elaboração, redação, alteração e consolidação da lei.....	5
3.2. Formação da lei e o marco do seu nascimento.....	5
3.3. Regra da obrigatoriedade das leis.....	6
4. Eficácia e aplicação da lei no tempo	7
4.1. Vigência, vigor, eficácia, <i>desuetudo</i> e ultratividade.....	7
4.2. <i>Vacatio legis</i> , contagem do prazo e <i>vacatio constitutionis</i>	9
4.3. Correção de texto de lei.....	11
4.4. Regra da vigência sincrônica da lei	12
4.5. Regra da continuidade ou da permanência da lei e a revogação.....	12
4.6. Repristinação e efeito repristinatório.....	13
4.7. Retroatividade.....	16
4.7.1. Óbices constitucionais	16
4.7.1.1. Direito adquirido	17
4.7.1.2. Coisa julgada (= caso julgado)	19
4.7.1.3. Ato jurídico perfeito.....	21
4.7.2. Roubier vs. Gabba.....	22

4.7.3.	Retroatividade autêntica (<i>echte Rückwirkung</i> ; <i>retroaktive Rückwirkung</i>) e retroatividade inautêntica ou retrospectividade (<i>unechte Rückwirkung</i> ; <i>retrospektive Rückwirkung</i>).....	22
4.7.4.	Retroatividades máxima, média e mínima e os óbices constitucionais.....	25
4.7.4.1.	Definição e hipóteses de cabimento	25
4.7.4.2.	Normas constitucionais podem retroagir?.....	26
4.7.4.3.	Caso da “Lei do Distrato”: aplicabilidade a contratos anteriores	27
4.7.5.	Situações jurídicas institucionais: casos da moeda, da correção monetária e da multa moratória em condomínio edilício.....	28
4.7.6.	A retroatividade das pseudonovidades legislativas: caso da Lei de Falências e do art. 2.035 do CC	29
4.7.7.	O caso dos planos de saúde e a retroatividade de novas leis: contratos sucessivos e contínuos ou contrato único?	30
4.7.8.	Redução do <i>quorum</i> para a alteração da destinação do condomínio (Lei nº 14.405/2022)	32
4.8.	Conflito de normas.....	32
4.8.1.	Classificação das antinomias: aparente, real, grau de antinomia e reflexões críticas	32
4.8.1.1.	Antinomia aparente e real.....	32
4.8.1.2.	Quanto ao grau.....	33
4.8.1.3.	Reflexões e críticas.....	35
4.8.2.	Diálogo das Fontes	37
5.	Interpretação.....	38
5.1.	Conceito: reflexões contemporâneas	39
5.2.	Conceituação simplificada: presente em concursos públicos.....	39
5.3.	Diversos modos de classificar a interpretação	40
5.4.	Classificação quanto ao sujeito	40
5.4.1.	Espécies.....	40
5.4.2.	Exposição de motivos	41
5.5.	Classificação quanto ao resultado.....	42
5.6.	Classificação quanto ao modo.....	43
5.6.1.	Interpretação gramatical.....	43
5.6.2.	Interpretação sistemática	44
5.6.3.	Interpretação histórica.....	45
5.6.4.	Interpretação teleológica ou social.....	45
5.6.5.	Interpretação lógica ou racional.....	45
5.6.6.	Classificação e a busca pelo espírito da norma.....	45
6.	Integração	46
6.1.	Definição	46
6.2.	Espécies de integração	47
6.2.1.	Analogia.....	47
6.2.1.1.	Definição e espécies.....	47
6.2.2.	Costumes.....	48

6.2.3.	Princípios gerais de Direito.....	49
6.3.	Equidade: integração ou não?	50
6.4.	Redução teleológica (<i>teleologische Restriktion; teleologische Reduktion</i>) vs. analogia vs. interpretação restritiva vs. interpretação extensiva.....	50
6.5.	Autointegração vs. heterointegração.....	51
6.6.	Espécies de lacunas	51
7.	Aprofundamento comum à interpretação e à integração.....	52
7.1.	Lógica formal e veracidade das premissas: argumentos válidos, inválidos e sólidos	52
7.2.	Justificação interna e justificação externa.....	53
7.3.	Conceitos e operações básicas do Direito: regras, precedentes e princípios x subsunção, analogia e ponderação.....	53
7.4.	Presunções, ficções jurídicas, figuras, metáforas e cenários	53
7.4.1.	Presunções e a vedação ao <i>non liquet</i> : origens romanísticas...	53
7.4.2.	Fórmulas preclusivas como inerentes à gramática básica do direito.....	54
7.4.3.	Razões substantivas e razões formais ou institucionais	55
7.4.4.	Presunção absoluta (presunção <i>iuris et de iure</i>)	55
7.4.5.	Presunções absolutas e regras	56
7.4.6.	Presunção relativa (presunção <i>iuris tantum</i>).....	57
7.4.7.	Ficção jurídica.....	58
7.4.8.	Figura	59
7.4.9.	Metáfora.....	60
7.4.10.	Cenário	60
7.5.	Filosofia do Direito ou jurisprudência de interesses (<i>Interessenjurisprudenz</i>) e a obediência reflexiva ou pensante (<i>denkender Gehorsam</i>) de Philipp Heck: a relação entre juiz e legislador.....	61
8.	Aplicação da Lei no Espaço	62
8.1.	Noções gerais de direito internacional privado.....	62
8.2.	Conceitos e princípios importantes.....	62
8.2.1.	Doutrina da territorialidade moderada, a situação de extraterritorialidade da lei brasileira e a superação da ideia de “territórios fictos”.....	63
8.2.2.	Estatuto pessoal	64
8.2.3.	Competência das embaixadas e consulados em direito privado	64
8.2.4.	Elementos de conexão	64
8.3.	Elementos de conexão no direito brasileiro.....	64
8.3.1.	Questões inerentes à pessoa (<i>lex loci domicilii</i>).....	64
8.3.2.	Casamento (<i>lex loci celebrationis</i>)	65
8.3.3.	Sucessão (<i>lex successionis</i>)	65
8.3.3.1.	Noções gerais.....	66
8.3.3.2.	Distinção entre competência jurisdicional e lei aplicável.....	66

8.3.3.3.	Forum shopping e forum non conveniens: a escolha abusiva ou aleatória do juízo competente no divórcio de casal que, embora casado no Brasil, nunca teve domicílio no país.....	67
8.3.3.4.	Direito de Família e o Direito Internacional Privado: a solução de conflitos aparentes entre ordenamentos jurídicos diante da competência jurisdicional	69
8.3.4.	Obrigações	69
8.3.4.1.	<i>Lex loci actus vs. lex loci executionis</i>	69
8.3.4.2.	Partes podem pactuar elemento de conexão diverso?.....	71
8.3.4.3.	Normas de Direito do Trabalho.....	71
8.3.4.4.	Multinacional de renome com filial no Brasil.....	71
8.3.4.5.	Casos especiais.....	72
8.3.4.6.	Filial brasileira de multinacional: responsabilidade por assistência técnica	72
8.3.5.	Coisas	73
8.3.5.1.	<i>Lex rei sitae</i>	73
8.3.5.2.	Caso de sucessão causa mortis envolvendo imóvel situado no exterior	73
8.3.5.3.	Coisas móveis transportadas (<i>mobilia sequuntur personam</i>)	74
8.3.5.4.	Discussões para flexibilização do <i>lex rei sitae</i> e direito comparado	74
8.3.6.	Prova de fatos jurídicos: <i>Lex loci vs. lex fori</i>	75
8.4.	Reenvio, remissão, opção, retorno e devolução.....	75
8.4.1.	Definição de reenvio	75
8.4.2.	Nomenclatura: remissão, opção, retorno e devolução.....	76
8.4.3.	Graus de reenvio.....	76
8.5.	Óbices a lei, atos e sentenças estrangeira no Brasil (art. 17).....	77
8.5.1.	Casos especiais	77
8.5.1.1.	Dívidas de jogo contraídas no exterior.....	77
8.6.	Sentenças estrangeiras.....	78
8.6.1.	Regras gerais sobre a homologação de sentença estrangeira, o <i>exequatur</i> e o auxílio direto	78
8.6.2.	Ausência de litispendência internacional: homologação de sentença estrangeira quando o mesmo caso tramita na Justiça brasileira.....	80
8.6.3.	Atos judiciais meramente homologatórios de acordo das partes.....	80
8.6.3.1.	Regra geral	80
8.6.4.	O caso de acordos envolvendo imóveis no Brasil	80
8.6.5.	O caso do divórcio simples e do qualificado.....	81
8.6.6.	Atos extrajudiciais estrangeiros	81
8.6.7.	Decisões estrangeiras sobre guarda de crianças.....	81
8.7.	Eficácia de Documento estrangeiro no Brasil.....	82

9.	A Segurança Hermenêutica na Administração Pública e no Direito.....	83
9.1.	Arts. 20 a 30 da LINDB.....	83
9.2.	Breves reflexões sobre improbidade administrativa.....	87
9.3.	A “lindbização” do Direito Administrativo brasileiro e da Lei de Licitações e Contratos Administrativos	87
2.	PARTE GERAL.....	89
1.	Conceitos Gerais do Direito Civil.....	89
1.1.	Movimentos de abordagem do direito civil (classificação quanto à abertura epistemológica do direito civil).....	89
1.1.1.	Constitucionalização do direito civil e a pós-constitucionalização.....	90
1.1.2.	Recivilização Constitucional do Direito Civil	93
1.1.3.	Linha intermediária ou indefinida	95
1.2.	Textura aberta dos conceitos jurídicos.....	96
1.3.	Diretrizes teóricas do Código Civil.....	96
1.4.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais	97
1.5.	Teoria do conhecimento jurídico de Miguel Reale e reflexões sobre a natureza indeterminada do direito.....	97
1.6.	Corolários da boa-fé objetiva.....	98
1.6.1.	Noções gerais e o princípio da confiança.....	98
1.6.2.	Aplicação em todos os ramos do direito	99
1.6.3.	Proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	99
1.6.3.1.	Definição	99
1.6.3.2.	Casos especiais.....	99
1.6.4.	<i>Supressio</i>	100
1.6.4.1.	Definição	100
1.6.4.2.	Questões especiais.....	100
1.6.5.	<i>Surrectio</i>	102
1.6.6.	<i>Tu quoque</i>	102
1.6.6.1.	Definição	102
1.6.6.2.	Questões especiais.....	102
1.6.7.	Exceptio doli	103
1.6.8.	Cláusula de Stoppel (ou de Estoppel).....	103
1.6.9.	Risco de exageros: a “superutilização da boa-fé”.....	104
1.7.	Limites ao intervencionismo no Direito Civil	104
1.7.1.	Análise Econômica do Direito (AED) e Nova Economia Institucional (NEI).....	104
1.7.2.	Paradigma da essencialidade.....	104
1.7.3.	Contratos existenciais e de lucro	104
1.7.4.	Parâmetros analíticos do direito civil	105
1.8.	Algumas lógicas de justiça do direito privado.....	105
1.8.1.	Tutela do luxo: princípio da proteção simplificada do luxo.....	105
1.8.1.1.	Benfeitorias voluptuárias.....	106

1.8.1.2.	Art. 944, parágrafo único, CC	106
1.8.1.3.	Móveis suntuosos em imóvel protegido pela impenhorabilidade do bem de família.....	106
1.8.1.4.	Benfeitorias voluptuárias em desapropriação	106
1.8.2.	Tutela da gratuidade: princípio da proteção simplificada do agraciado.....	107
1.8.2.1.	Fraude contra credores.....	108
1.8.2.2.	Interpretação restritiva	108
1.8.2.3.	Formalidade para negócios gratuitos	108
1.8.2.4.	Vícios redibitórios e evicção	108
1.8.2.5.	Comodato e indenização por benfeitorias	108
1.8.2.6.	Concessão generosa de prorrogação do prazo de pagamento.....	109
1.8.2.7.	Proteção do terceiro adquirente a título oneroso: invalidação de casamento, herdeiro aparente e pagamento indevido.....	109
1.8.2.8.	Inexistência do dever de continuar pagando “pensão alimentícia puramente voluntária”: inaplicabilidade da <i>supressio</i> ou <i>surrectio</i> em negócios gratuitos	109
1.8.2.9.	Responsabilidade civil do generoso.....	109
1.8.3.	Enriquecimento sem causa como desvalor pior do que a má-fé.....	114
1.8.4.	Função social vs. boa-fé	114
1.8.5.	Princípio do prestígio aos familiares privilegiados (cônjuge, descendente e ascendente).....	115
1.8.6.	Princípio do aviso prévio a uma sanção	117
1.8.6.1.	Postulado	118
1.8.6.2.	Exemplos.....	118
1.8.7.	Princípio da vontade soberana do testador	122
1.8.8.	Princípio da forma conglobante.....	122
1.9.	Conceitos importantes: relação jurídica, obrigação, sujeição, dever e ônus.....	123
1.9.1.	Relação jurídica.....	123
1.9.1.1.	Definição	123
1.9.1.2.	Características: alteridade, bilateralidade, exterioridade e reciprocidade	123
1.9.1.3.	Elementos da relação jurídica	124
1.9.2.	Obrigação, sujeição, dever e imunidade.....	124
1.9.3.	Ônus.....	124
2.	Sujeito de Direito	126
2.1.	Entes personalizados e despersonalizados	126
2.2.	Pessoa vs. CPF e CNPJ.....	127
2.3.	Anomalias: caso da repetição de indébito tributário.....	127
2.4.	Condomínio edilício, de lotes, urbano simples e em multipropriedade.....	128

2.4.1.	Natureza jurídica	128
2.4.2.	Aquisição de imóveis pelo condomínio: controvérsia e questão do <i>quorum</i>	129
2.4.3.	Usucapião por condomínio edilício	129
2.4.4.	Obrigação subsidiária dos condôminos por d�vidas do condomínio perante terceiros, penhorabilidade das unidades aut�nomas e início da prescri�o	130
2.5.	Dano moral contra entes despersonalizados: caso do condomínio edilício e de outros entes	130
2.5.1.	Caso do condomínio edilício	130
2.5.2.	Caso dos demais entes despersonalizados.....	131
3.	Pessoas Naturais	131
3.1.	Personalidade jurídica: defini�o, história e caso de donativos a santos.....	131
3.1.1.	Teorias sobre o início da personalidade jurídica da pessoa natural	132
3.1.2.	Tutela do natimorto.....	133
3.1.3.	Tutela do nascituro	133
3.1.3.1.	Herança.....	133
3.1.3.2.	Embrião <i>in vitro</i> vs. nascituro.....	134
3.1.3.3.	Dano moral contra nascituro.....	134
3.1.3.4.	Seguro DPVAT e aborto em acidente de trânsito	134
3.1.3.5.	Alimentos gravídicos.....	135
3.1.3.6.	Doa�o a nascituro.....	135
3.2.	Capacidade jurídica.....	135
3.2.1.	No�es gerais	135
3.2.2.	Origem histórica: a classifica�o bipartida foi mesmo criada por Teixeira de Freitas?	136
3.2.3.	Distin�o entre personalidade jurídica e capacidade jurídica (<i>in abstracto</i> e <i>in concreto</i>)	136
3.2.4.	Capacidade de direito, de gozo ou de aquisi�o.....	137
3.2.5.	Capacidade de fato ou de exercício	137
3.2.5.1.	Incapacidade absoluta	138
3.2.5.2.	Incapacidade relativa	139
3.2.5.3.	Mecanismos de prote�o e de responsabiliza�o dos incapazes	140
3.2.5.4.	Pessoas com deficiência.....	143
3.2.5.5.	Indígenas.....	150
3.3.	Emancipa�o	151
3.3.1.	Emancipa�o voluntária.....	152
3.3.2.	Emancipa�o judicial.....	152
3.3.3.	Emancipa�o legal.....	152
3.3.3.1.	Conceitua�o e hipóteses.....	152
3.3.3.2.	Casos práticos envolvendo influencer digital, jogador de futebol (Lei Pel�) e estagiários	153

3.3.4.	Irreversibilidade da emancipação.....	154
3.3.5.	Registro da emancipação.....	154
3.4.	Legitimação.....	155
3.5.	Atributos da personalidade, estado civil, ações e posse de estado	155
3.6.	União estável: é estado civil familiar?.....	156
3.7.	Registro de nascimento e outros dados de identificação da pessoa natural.....	156
3.8.	Morte civil e ausência.....	156
3.8.1.	Definição e espécies de morte.....	156
3.8.2.	Ausência e morte presumida.....	158
3.8.2.1.	Definição.....	158
3.8.2.2.	Validade dos atos do ausente.....	158
3.8.2.3.	Ausência vs. existência de bens.....	159
3.8.2.4.	Ausência vs. dissolução do casamento.....	159
3.8.2.5.	Procedimento da ausência: a morte presumida com declaração de ausência.....	160
3.8.2.6.	Fase da sucessão provisória.....	161
3.8.2.7.	Fase da sucessão definitiva.....	161
3.8.3.	Comoriência.....	162
3.9.	Direitos da personalidade.....	162
3.9.1.	Definição e classificação quanto ao objeto protegido.....	162
3.9.2.	Características.....	163
3.9.3.	Vida privada como direito da personalidade: a teoria dos círculos concêntricos.....	164
3.9.3.1.	Definição e importância prática.....	164
3.9.3.2.	Situação da pessoa pública: o caso da “Princesa Caroline de Mônaco”.....	166
3.9.4.	Mudança de sexo.....	166
3.9.4.1.	Caso da pessoa transexual.....	166
3.9.4.2.	Caso do sexo indefinido: caso brasileiro e experiência argentina.....	167
3.9.5.	Direitos da personalidade do falecido.....	167
3.9.5.1.	Legitimidade para proteção.....	167
3.9.5.2.	Espólio.....	168
3.9.6.	Tutela dos direitos da personalidade.....	169
3.9.7.	A naturalidade da pessoa natural.....	169
3.9.8.	Congelamento do corpo (criogenia) no lugar dos tradicionais rituais fúnebres.....	169
3.9.9.	Direito ao esquecimento.....	170
3.9.9.1.	Noções gerais e sua compatibilidade com a Constituição Federal.....	170
3.9.9.2.	Direito ao esquecimento vs. abuso na forma de divulgação de um fato antigo.....	171
3.9.9.3.	Cabimento do direito ao esquecimento.....	171
3.9.9.4.	Questões e casos especiais.....	172

3.9.10.	Nome	174
4.	Pessoas Jurídicas	175
4.1.	Definição, elementos essenciais e autonomia.....	175
4.2.	Teorias sobre a natureza jurídica.....	175
4.3.	Surgimento da pessoa jurídica e efeitos do registro	176
4.4.	Espécies	177
4.4.1.	Pessoas jurídicas de direito público.....	178
4.4.2.	Pessoas jurídicas de direito privado	178
4.4.2.1.	Sociedade	178
4.4.2.2.	Eireli: revogação	178
4.4.2.3.	Associação	179
4.4.2.4.	Fundação.....	182
4.4.2.5.	Organização religiosa.....	185
4.4.2.6.	Partido político.....	187
4.4.2.7.	Natureza jurídica de alguns entes.....	187
4.4.3.	Natureza jurídica do sindicato	188
4.4.4.	Natureza jurídica do ECAD	189
4.4.5.	Empresa pública e sociedade de economia mista	189
4.4.6.	Microempresa, empresa de pequeno porte, OS etc.....	189
4.4.7.	Natureza jurídica dos fundos.....	189
4.5.	Classificação das pessoas jurídicas	190
4.5.1.	Quanto à nacionalidade	190
4.5.2.	Quanto à estrutura.....	190
4.6.	Representação: adoção da teoria <i>ultra vires</i>	191
4.7.	Caso da sociedade anônima: adoção da teoria da aparência.....	192
4.8.	Efeitos do registro do ato constitutivo.....	193
4.9.	Desconsideração da personalidade jurídica	193
4.9.1.	Teoria maior	194
4.9.1.1.	Definição	194
4.9.1.2.	Desconsideração no caso de infração à ordem econômica	196
4.9.1.3.	Casos especiais.....	196
4.9.2.	Teoria menor.....	197
4.9.2.1.	Definição e hipóteses	197
4.9.2.2.	Situação do administrador não sócio.....	198
4.9.3.	Casos especiais	198
4.9.3.1.	Desconsideração inversa ou às avessas.....	198
4.9.3.2.	Desconsideração indireta.....	198
4.9.3.3.	Desconsideração expansiva	198
4.9.3.4.	Teoria da sucessão de pessoas jurídicas.....	199
4.9.3.5.	Desconsideração por subcapitalização da pessoa jurídica	199
4.9.3.6.	Simplex membro do Conselho Fiscal e a desconsideração	199

4.9.4.	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica	200
4.10.	Extinção da pessoa jurídica.....	200
4.11.	Direitos da personalidade da pessoa jurídica	201
4.11.1.	Noções gerais.....	201
4.11.2.	Dano moral para pessoa jurídica de direito público.....	201
5.	Domicílio	203
5.1.	Definição: residência vs. domicílio. Princípio da cogência domiciliar e da pluralidade domiciliar.....	203
5.2.	Princípios.....	204
5.2.1.	Cogência domiciliar.....	204
5.2.2.	Pluralidade domiciliar.....	204
5.3.	Teoria do Domicílio Aparente	205
5.4.	Espécies de Domicílio da pessoa natural	205
5.4.1.	Domicílio voluntário ou privatístico.....	205
5.4.1.1.	Geral.....	205
5.4.1.2.	Especial.....	205
5.4.2.	Domicílio necessário, legal ou publicístico.....	206
5.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	207
6.	Bens.....	208
6.1.	Bens e coisa.....	208
6.1.1.	Distinção.....	208
6.1.2.	Semoventes: a tutela dos animais.....	209
6.1.2.1.	Noções gerais.....	209
6.1.2.2.	Direito comparado: Áustria, Alemanha, Holanda, França, Suíça e Portugal.....	210
6.1.2.3.	Questões práticas	210
6.2.	Patrimônio.....	212
6.2.1.	Definição.....	212
6.2.2.	Teorias sobre o patrimônio: clássica e moderna.....	213
6.3.	Patrimônio mínimo	214
6.4.	Classificação dos bens.....	214
6.4.1.	Bens considerados em relação ao titular.....	215
6.4.1.1.	Bens públicos.....	215
6.4.1.2.	Bens privados: regra geral e casos especiais de privilégios de bens públicos.....	216
6.4.2.	Bens no comércio e fora do comércio	217
6.4.3.	Bens considerados em si mesmos.....	217
6.4.3.1.	Corpóreos e incorpóreos.....	217
6.4.3.2.	Imóveis e móveis.....	217
6.4.3.3.	Fungíveis e infungíveis.....	221
6.4.3.4.	Consumíveis e inconsumíveis.....	223
6.4.3.5.	Divisíveis e indivisíveis	224
6.4.3.6.	Singulares e coletivos	225

6.4.3.7.	Singulares: simples ou compostos.....	225
6.4.3.8.	Coletivos.....	226
6.4.4.	Bens reciprocamente considerados	229
6.4.4.1.	Noções gerais e gravitação jurídica.....	229
6.4.4.2.	Principais.....	230
6.4.4.3.	Acessórios.....	230
6.4.4.4.	Pertenças.....	240
7.	Fatos Jurídicos	243
7.1.	Definição: fato jurídico vs. fato material.....	243
7.2.	Classificação	245
7.2.1.	Fato jurídico <i>lato sensu</i>	245
7.2.2.	Fato jurídico <i>stricto sensu</i>	245
7.2.3.	Ato jurídico <i>lato sensu</i>	246
7.2.3.1.	Negócios jurídicos.....	246
7.2.3.2.	Ato jurídico <i>stricto sensu</i> lícitos e ilícitos.....	246
7.2.3.3.	Atos jurídicos mistos.....	248
7.2.4.	Ato-fato jurídico	248
7.3.	Teoria do plano dos fatos jurídicos.....	250
7.3.1.	Definição.....	250
7.3.2.	Plano da existência	250
7.3.3.	Plano da validade	251
7.3.4.	Plano da eficácia	251
7.3.4.1.	Definição	251
7.3.4.2.	Rescisão contratual	251
7.3.4.3.	Inoponibilidade a terceiros (ineficácia relativa).....	252
7.3.4.4.	Pós-eficacização	253
8.	Negócios Jurídicos.....	253
8.1.	Identificação das regras de contratos e de outros negócios jurídicos: redação, interpretação e integração de contratos e de negócios jurídicos.....	253
8.1.1.	Como redigir contratos e outros negócios jurídicos?	254
8.1.2.	Regras de interpretação contratual: regras voluntárias e regras legais.....	255
8.1.3.	Lacunas no contrato: regras legais e voluntárias de integração negocial ou contratual.....	256
8.2.	Elementos dos negócios jurídicos.....	258
8.2.1.	Elementos essenciais do negócio jurídico	258
8.2.2.	Elementos naturais do negócio jurídico	258
8.2.3.	Elementos acidentais do negócio jurídico	259
8.2.3.1.	Definição	259
8.2.3.2.	Termo: definição e espécies.....	260
8.2.3.3.	Condição	261
8.2.3.4.	Encargo.....	264
8.2.3.5.	Caracteres do termo, condição e encargo.....	266

8.3.	Declaração da vontade.....	266
8.3.1.	Declaração propriamente dita e vontade propriamente dita...	266
8.3.2.	Declaração expressa, tácita e presumida	267
8.3.2.1.	Noções gerais.....	267
8.3.2.2.	Experiência alemã: manifestação de vontade tácita ou concludente (<i>stillschweigende oder konkludente Willenserklärung</i>) e comportamento conclusivo (<i>schlüssiges Verhalten</i>)	267
8.3.3.	Declaração receptícia e não receptícia	267
8.3.4.	Declaração direta e indireta	268
8.4.	Reserva mental.....	268
8.5.	Representação	269
8.5.1.	Definição e espécies.....	269
8.5.2.	Conflito de interesse.....	270
8.5.3.	Negócio consigo mesmo.....	270
8.5.4.	Representação indireta.....	271
8.6.	Classificação dos negócios jurídicos	271
8.6.1.	Quanto ao aperfeiçoamento.....	271
8.6.1.1.	Negócio jurídico unilateral	271
8.6.1.2.	Negócio jurídico bilateral	272
8.6.1.3.	Negócio jurídico plurilateral	272
8.6.2.	Quanto ao sacrifício patrimonial	273
8.6.2.1.	Negócio jurídico gratuito.....	273
8.6.2.2.	Negócio jurídico oneroso.....	273
8.6.2.3.	Negócio jurídico neutro.....	273
8.6.3.	Quanto à formalidade.....	274
8.6.3.1.	Princípio da forma de ser ou <i>forma dat esse rei</i>	274
8.6.3.2.	Negócios jurídicos envolvendo imóveis de valor superior a 30 salários mínimos.....	274
8.6.3.3.	Forma pública vs. forma particular vs. reconhecimento de firma	275
8.6.3.4.	Negócio informal, não solene ou de forma livre..	276
8.6.3.5.	Negócio formal ou solene	276
8.6.3.6.	Forma imposta pela vontade: nulidade ou ineficácia?	276
8.6.3.7.	Forma <i>ad solemnitatem</i> e <i>ad probationem tantum</i>	277
8.6.3.8.	Casos especiais.....	277
8.6.4.	Quanto à extensão dos interesses das partes.....	278
8.7.	Validade dos negócios jurídicos.....	279
8.7.1.	Requisitos de validade dos negócios jurídicos	279
8.7.2.	Regime de invalidade: direito civil vs. outros ramos	280
8.7.3.	Reconhecimento judicial vs. invalidade do negócio: juiz, particulares, Administração Pública e cartórios extrajudiciais.....	280
8.7.4.	Natureza e eficácia da sentença de invalidação.....	281

8.7.5.	Nulidade	283
8.7.5.1.	Regras gerais	283
8.7.5.2.	Hipóteses de nulidade: nulidade virtual e textual e o problema das normas dispositivas e cogentes...	284
8.7.5.3.	Impossibilidade inicial do objeto	285
8.7.6.	Anulabilidade.....	285
8.7.6.1.	Regras gerais	285
8.7.6.2.	Hipóteses de anulabilidade.....	286
8.7.7.	Princípio da conservação do negócio jurídico	286
8.7.7.1.	Definição	286
8.7.7.2.	Conversão substancial (art. 170, CC).....	287
8.7.7.3.	Conversão formal (art. 183, CC).....	288
8.7.7.4.	Redução do negócio jurídico	288
8.7.7.5.	Conversão legal.....	289
8.7.7.6.	Conservação do ato de vontade do negócio inválido sob outro fundamento: a “substituição de fundamento do ato de vontade”.....	289
8.7.8.	Outros casos de conservação do negócio jurídico	291
8.7.8.1.	Mentira sobre idade	291
8.7.8.2.	Repetição de indébito contra incapaz.....	291
8.7.8.3.	Incapacidade relativa em proveito de terceiros? ..	292
8.7.8.4.	Pós-eficacização de negócios jurídicos	292
8.7.9.	Negócio jurídico com assinaturas falsas: inexistência, invalidade ou ineficácia	292
8.8.	Defeitos dos negócios jurídicos	293
8.8.1.	Vícios de consentimento	293
8.8.1.1.	Erro ou ignorância	293
8.8.1.2.	Dolo.....	295
8.8.1.3.	Coação	298
8.8.1.4.	Lesão.....	299
8.8.1.5.	Estado de perigo	301
8.8.2.	Vícios sociais	302
8.8.2.1.	Simulação.....	303
8.8.2.2.	Fraude contra credores	305
8.9.	Prescrição	310
8.9.1.	Conceitos prévios importantes	311
8.9.1.1.	Direito subjetivo em sentido amplo.....	311
8.9.2.	Definição de prescrição.....	313
8.9.3.	Imprescritibilidades	314
8.9.3.1.	Direitos subjetivos extrapatrimoniais.....	314
8.9.3.2.	Casos de grave violação a direitos fundamentais	314
8.9.3.3.	Ação de enriquecimento ao erário?	315
8.9.4.	Prescrição extintiva e aquisitiva.....	315
8.9.5.	Reconhecimento <i>ex officio</i> e momento de arguição	316

8.9.6.	Renúncia e mudança de prazo de prescrição	316
8.9.7.	Renúncia da prescrição por incapaz.....	317
8.9.8.	Termo inicial: teoria da <i>actio nata</i>	317
8.9.8.1.	Vertentes objetiva e subjetiva	317
8.9.8.2.	Casuística	319
8.9.9.	Interrupção	320
8.9.9.1.	Noções gerais.....	320
8.9.9.2.	Causas que interrompem a prescrição	321
8.9.10.	Prescrição intercorrente.....	323
8.9.10.1.	Definição	323
8.9.10.2.	Suspensão e interrupção da prescrição com a ação judicial de conhecimento e no caso de sua extinção sem resolução do mérito	323
8.9.10.3.	Inércia na propositura do cumprimento de sen- tença: a primeira hipótese de prescrição intercor- rente.....	324
8.9.10.4.	Paralisação do processo executivo (cumprimento de sentença ou execução de título extrajudicial): a segunda hipótese de prescrição intercorrente ..	324
8.9.10.5.	Situação anterior ao CPC/2015	325
8.9.10.6.	Prescrição intercorrente em execução fiscal: e alguns complementos para os casos de rito exe- cutivo cível	326
8.9.10.7.	Honorários sucumbenciais no caso de extinção da execução por conta da prescrição intercorrente ..	326
8.9.11.	Suspensão e impedimento	326
8.9.11.1.	Definição e princípio <i>contra non valentem</i>	326
8.9.11.2.	Causas suspensivas.....	327
8.9.11.3.	Suspensão diante de cocredores em obrigações divisíveis, indivisíveis e solidárias.....	327
8.9.11.4.	Impedimento da prescrição antes do advento de sentença penal definitiva	328
8.9.12.	Prescrição em relações de trato sucessivo: prescrição nuclear ou parcelar.....	330
8.9.12.1.	Distinção entre prescrição parcelar (ou progressiva) e nuclear (ou do fundo de direito).....	330
8.9.12.2.	Regra geral em relações de trato sucessivo.....	330
8.9.12.3.	Exemplos.....	331
8.9.13.	Prazos.....	332
8.9.13.1.	Regras gerais	332
8.9.13.2.	Casos especiais	333
8.10.	Decadência.....	340
8.10.1.	Definição.....	340
8.10.2.	Espécies.....	341
8.10.3.	Prazos.....	341

8.10.4.	Casos de ações perpétuas e o critério científico de Agnelo Amorim Filho.....	342
9.	Atos Ilícitos.....	342
9.1.	Noções gerais.....	342
9.2.	Art. 186, CC: princípio do <i>neminem laedere</i>	342
9.2.1.	Requisitos	342
9.2.2.	O problema da dúvida jurídica razoável	343
9.3.	Abuso de direito.....	344
9.4.	Utilidade dos conceitos.....	345
9.5.	Excludentes de ilicitude	345
9.6.	Aprofundamento	345
9.6.1.	Estado de necessidade agressivo (<i>aggressiver Notstand</i> , § 904, BGB) e estado de necessidade defensivo (<i>defensiver Notstand</i> , § 228, BGB): aportes do direito alemão	345
9.6.2.	<i>Lex Rhodia</i> e o estado de necessidade agressivo	346
9.6.3.	Avaria grossa e a lei ródia (art. 764, CCom, e arts. 707 e ss., CPC)	346
9.6.4.	Arribada forçada e estado de necessidade agressivo	347
9.6.5.	Arribada forçada e os ordenamentos jurídicos de matriz anglo-saxã: o caso <i>Vincent v. Lake Erie Transp. Co.</i>	347
9.6.6.	Estado de necessidade e o procedimento especial de ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (art. 766 ss., CPC).....	348
9.6.7.	Outras influências do direito romano sobre o CPC/2015.....	348
10.	Prova dos Fatos Jurídicos	352
11.	O Direito Civil em Tempos de Desastres (Pandemia, Guerras, Catástrofes etc.).....	353
11.1.	Noções gerais.....	353
11.2.	Experiência da pandemia da Covid-19 e o Regime Jurídico Emergencial e Transitório em Direito Privado – RJET (Lei nº 14.010/2020).....	354
3.	OBRIGAÇÕES	355
1.	Noções Gerais	355
1.1.	Definição e visão panorâmica do livro das obrigações	355
1.2.	Direito romano e Idade Média: <i>res perit domino x periculum est emptoris</i>	356
1.3.	Força maior e ato de Deus (<i>act of God</i>)	356
1.4.	Elementos da obrigação	358
1.4.1.	Elemento subjetivo	358
1.4.2.	Elemento abstrato	358
1.4.3.	Elemento objetivo	359
1.4.3.1.	Objeto imediato e mediato.....	359
1.4.3.2.	Conteúdo patrimonial	359
1.5.	Obrigações quanto à exigibilidade: civil ou natural (moral ou incompleta).....	360
1.6.	Fim primário e secundário da obrigação	361

1.7.	Débito e responsabilidade: <i>debitum sine obligatione</i> e <i>Schuld ohne Haftung</i>	361
1.8.	Direito romano: exclusão do enriquecimento sem causa (<i>condictio indebiti</i>) na obrigação natural (<i>obligatio naturalis</i>)	362
1.9.	Débito e responsabilidade: <i>obligatio sine debito</i> e <i>Haftung ohne Schuld</i>	362
1.10.	Concepção moderna de obrigação	363
1.10.1.	Obrigação como processo	363
1.10.2.	Deveres principais, secundários e anexos e violação positiva do contrato	364
1.10.2.1.	Definições e reflexões de nomenclatura na Alemanha	364
1.10.2.2.	Exemplos de violação positiva do contrato	366
1.10.2.3.	Violação positiva do contrato: histórico e utilidade, no Brasil, restrita ao descumprimento de deveres anexos	366
1.10.3.	Deveres anexos para o credor.....	368
1.10.4.	Inadimplemento mínimo, adimplemento substancial ou da <i>substantial performance</i>	368
1.10.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> ou o dever de mitigar as próprias perdas.....	370
1.10.6.	Regra da irreparabilidade do dano evitável	371
2.	Modalidades das Obrigações	372
2.1.	Importância prática das classificações	372
2.2.	Classificação quanto ao objeto.....	373
2.2.1.	Obrigação de dar coisa certa.....	373
2.2.1.1.	Definição	374
2.2.1.2.	Lógicas de justiça	374
2.2.1.3.	Melhoramentos e frutos na coisa certa	383
2.2.1.4.	Meios processuais para execução	384
2.2.2.	Obrigação de dar coisa incerta.....	385
2.2.2.1.	Definição	385
2.2.2.2.	Fase da concentração ou da concretização	385
2.2.2.3.	Teoria do risco: <i>genus nunquam perit</i>	386
2.2.2.4.	Meios processuais para execução	387
2.2.2.5.	Coisa incerta/certa vs. coisa fungível/infungível ..	387
2.2.2.6.	Caso da Cédula de Produto Rural e o <i>genus nunquam perit</i>	388
2.2.3.	Obrigação de fazer	389
2.2.3.1.	Definição	389
2.2.3.2.	Meios processuais para execução	390
2.2.4.	Obrigação de não fazer.....	390
2.3.	Classificação quanto à pluralidade de objetos	391
2.3.1.	Obrigação simples.....	391
2.3.2.	Obrigação composta	392

	2.3.2.1. Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	392
	2.3.2.2. Obrigação alternativa	392
	2.3.3. Obrigação facultativa	395
2.4.	Classificação quanto à pluralidade de sujeitos	396
	2.4.1. Obrigação divisível	396
	2.4.2. Obrigação indivisível	397
	2.4.2.1. Definição	397
	2.4.2.2. Pluralidade de devedores	398
	2.4.2.3. Pluralidade de credores	399
	2.4.3. Obrigação solidária	402
	2.4.3.1. Noções gerais.....	403
	2.4.3.2. Solidariedade ativa	404
	2.4.3.3. Solidariedade passiva	406
	2.4.3.4. Solidariedade mista.....	411
	2.4.3.5. Outras questões	411
	2.4.3.6. Caso especial: a penhora em conta conjunta por dívida de um cotitular.....	412
2.5.	Classificação de uma obrigação em relação a outras: o caso das obrigações <i>in solidum</i>	413
	2.5.1. Conceituação	413
	2.5.2. Obrigações <i>in solidum</i> e obrigações solidárias (ou correaís) no direito romano, no direito civil alemão e no direito civil francês: breves aportes.....	414
2.6.	Questões especiais	415
	2.6.1. Obrigações solidárias como <i>joint liability</i> e o problema da responsabilidade vicária (por fato de terceiro) objetiva	415
	2.6.2. “Violação de obrigação de supervisão” (<i>Aufsichtspflichtverletzung</i>) no Direito Civil alemão: alternativa à responsabilidade objetiva e à exigência de culpa <i>in eligendo</i> ou <i>in vigilando</i>	415
	2.6.3. Exemplos de responsabilidade vicária no Brasil.....	416
3.	Transmissão das Obrigações.....	416
	3.1. Cessão de crédito.....	416
	3.1.1. Definição	417
	3.1.2. Cessão de crédito e cessão de direito	417
	3.1.3. Importância no sistema econômico	417
	3.1.4. Cabimento	418
	3.1.5. Notificação ao devedor	419
	3.1.6. Manutenção das prerrogativas do crédito cedido e o caso da prisão civil.....	419
	3.1.7. Cessão <i>pro soluto</i> e cessão <i>pro solvendo</i>	420
	3.1.8. Evicção e cessão de crédito	421
	3.1.9. Pluralidade de cessões do mesmo crédito	422
	3.1.10. Penhora de crédito.....	422
	3.1.11. Casos especiais	423
	3.1.11.1. Pagamento com cheque de terceiro.....	423

3.2.	Assunção de dívida	424
3.2.1.	Definição.....	424
3.2.2.	Consentimento do credor.....	425
3.2.3.	Efeitos da assunção.....	425
3.2.3.1.	Efeito liberatório	425
3.2.3.2.	Extinção das garantias dadas pelo devedor primitivo.....	426
3.2.3.3.	Extinção das exceções pessoais do devedor primitivo.....	427
3.2.3.4.	Exceções comuns ou ambulatoriais: acompanham ou perseguem a obrigação.....	427
3.2.4.	Espécies de assunção de dívida	427
3.2.4.1.	Liberatória e cumulativa (com aportes da Alemanha e do Direito Romano).....	427
3.2.4.2.	Por expromissão ou por delegação.....	428
3.2.5.	Invalidade da assunção: efeitos.....	429
3.2.6.	Casos especiais	429
3.2.6.1.	Assunção de dívida no caso de alienação de estabelecimento comercial.....	429
3.3.	Cessão de contrato ou de posição contratual	430
3.4.	Casos especiais.....	430
3.4.1.	Contratos de gaveta	430
3.4.2.	Anuência do devedor para a cessão de crédito?.....	431
3.4.2.1.	Quadro atual sobre anuência do credor nos casos de cessão de bens objeto de garantia real.....	431
3.4.2.2.	Nossas ressalvas: adequada interpretação do art. 29 da Lei nº 9.514/1997 e proposta de mudança legislativa quanto a normas que exigem consentimento do credor para venda de imóveis objeto de garantia	431
4.	Extinção das Obrigações	433
4.1.	Definição	433
4.2.	Pagamento direto ou adimplemento propriamente dito (<i>solutio propria</i>).....	434
4.3.	Pagamento indireto ou adimplemento impróprio (<i>solutio impropria</i>): os “sucédâneos do adimplemento” (<i>Erfüllungssurrogate</i>) do Direito Civil alemão.....	434
4.4.	Pagamento	435
4.4.1.	Definição e natureza jurídica.....	435
4.4.2.	Requisitos do pagamento.....	435
4.4.3.	Objeto do pagamento.....	436
4.4.3.1.	Princípio da exatidão (vedação do <i>aliud pro alio</i>): coisa diversa e pagamento parcial.....	436
4.4.3.2.	Dívidas em dinheiro: princípio do nominalismo e suas exceções (cláusula de escala móvel e teoria da imprevisão).....	437

4.4.3.3.	Desequilíbrio superveniente e sinalagma funcional x desequilíbrio congênito e sinalagma genético..	438
4.4.3.4.	Dívida em ouro ou em moeda estrangeira.....	438
4.4.3.5.	Medição e pesagem do objeto do pagamento	438
4.4.4.	Prova do pagamento.....	439
4.4.5.	Lugar do pagamento: obrigações quesíveis (<i>quérables</i>), portáteis (<i>portables</i>) e mistas	440
4.4.6.	<i>Solvens</i> (quem pode pagar).....	442
4.4.6.1.	Devedor e seu representante.....	442
4.4.6.2.	Terceiro interessado.....	442
4.4.6.3.	Terceiro não interessado	443
4.4.6.4.	Pagamento mediante entrega de coisa por quem não é dono	445
4.4.6.5.	Dívida de alimentos e pagamento por terceiro....	446
4.4.7.	<i>Accipiens</i> (a quem pagar).....	446
4.5.	Pagamento em consignação	448
4.5.1.	Definição e importância.....	448
4.5.2.	Hipóteses de cabimento	449
4.5.3.	Consequências de consignações fora das hipóteses legais.....	449
4.5.4.	Levantamento do depósito	450
4.5.5.	Consignação em pagamento: obrigação ou ônus?.....	450
4.5.5.1.	Causa subjetiva imputada ao credor	450
4.5.5.2.	Causa objetiva ou causa subjetiva sem culpa do credor	451
4.5.6.	Controvérsia sobre o objeto do pagamento: problemas práticos para o depósito em juízo e o afastamento dos encargos moratórios.....	451
4.6.	Pagamento com sub-rogação	452
4.6.1.	Definição.....	452
4.6.2.	Sub-rogação pessoal vs. sub-rogação real	453
4.6.3.	Sub-rogação vs. direito de regresso?.....	454
4.6.4.	Pagamento parcial pelo sub-rogado: conflito com credor originário	455
4.6.5.	Breve histórico.....	455
4.6.6.	Aprofundamento: sub-rogação é extinção ou transmissão das obrigações?.....	456
4.6.6.1.	Corrente da extinção “referencial” da obrigação: teoria da <i>opération à double face</i>	456
4.6.6.2.	Corrente da mera transmissão da obrigação	458
4.6.6.3.	Por uma terceira corrente	459
4.6.7.	Espécies.....	460
4.6.7.1.	Legal.....	460
4.6.7.2.	Convencional.....	461
4.6.8.	Distinções práticas com outras figuras: caso da prescrição	462
4.6.9.	Distinções entre sub-rogação e novação subjetiva.....	462

4.6.10.	Distinções entre sub-rogação e cessão de crédito.....	463
4.7.	Imputação do pagamento.....	463
4.7.1.	Definição e requisitos	463
4.7.2.	Direito do devedor.....	464
4.7.3.	Silêncio, ainda que implícito, do devedor.....	464
4.8.	Dação em pagamento.....	465
4.8.1.	Definição.....	465
4.8.2.	Regras de compra e venda.....	465
4.8.3.	Dação em pagamento de título de crédito.....	465
4.8.4.	Evicção da coisa ou do direito dada em pagamento	466
4.9.	Novação.....	467
4.9.1.	Definição e requisitos	467
4.9.2.	Requisitos	467
4.9.2.1.	Efeitos da extinção de obrigação anterior	468
4.9.2.2.	<i>Aliquid novi</i> e espécies de novação.....	468
4.9.2.3.	<i>Animus novandi</i>	469
4.9.2.4.	Novação por meio da emissão de título de crédito	469
4.9.2.5.	Novação de obrigações inválidas?	470
4.9.2.6.	Novação de obrigações naturais?.....	470
4.9.2.7.	Novação entre credor e um codevedor solidário... ..	470
4.9.2.8.	Exemplo de utilidade: novos prazos prescricionais	470
4.10.	Compensação	471
4.10.1.	Definição.....	472
4.10.2.	Requisitos.....	472
4.10.3.	Espécies	472
4.10.4.	Momento de extinção da obrigação pela compensação	473
4.10.5.	Renúncia expressa e tácita à compensação.....	473
4.10.5.1.	Definições	473
4.10.5.2.	Casos especiais	473
4.10.6.	Princípio da personalidade	474
4.10.6.1.	Definição	474
4.10.6.2.	Exceções.....	475
4.10.7.	Penhora do crédito por terceiros antes da existência de reciprocidade de obrigações.....	476
4.10.8.	Vedação à compensação	477
4.10.8.1.	Motivo de extrema torpeza	477
4.10.8.2.	Motivo de respeito à natureza da dívida.....	478
4.10.8.3.	Motivo de impenhorabilidade	478
4.11.	Confusão	479
4.12.	Confusão e os honorários devidos pela União à Defensoria Pública da União (DPU).....	479
4.13.	Remissão das dívidas.....	480

5.	Inadimplemento das Obrigações.....	480
5.1.	Definição e interface com contratos.....	480
5.2.	Espécies de inadimplemento: absoluto e relativo.....	481
5.2.1.	Inadimplemento absoluto.....	482
5.2.1.1.	Perdas e danos.....	482
5.2.1.2.	Cláusula penal compensatória.....	483
5.2.1.3.	Honorários advocatícios	486
5.2.1.4.	Custas judiciais	489
5.2.1.5.	Outras despesas de cobrança	489
5.2.2.	Inadimplemento relativo	489
5.2.2.1.	Noções gerais.....	489
5.2.2.2.	Período da normalidade e da anormalidade obriga- cional: diferença de juros (remuneratórios e moratórios), correção monetária e aprofundamento de outros encargos moratórios.....	490
5.2.2.3.	Encargos moratórios	492
5.3.	Mora.....	500
5.3.1.	Definição.....	500
5.3.2.	Notas sobre a mora e seus efeitos no direito romano: BGB e <i>dies interpellat pro homine</i> ; apropriação antropofágica do direito romano.....	501
5.3.3.	Mora do credor.....	502
5.3.3.1.	Noções gerais e efeitos na conservação da coisa bem, na oscilação do preço e no contrato.....	503
5.3.3.2.	Frutos da coisa (incluindo os juros remuneratórios) e a mora creditoris: obrigação de dar e de resti- tuir e exemplo do inquilino que tenta devolver o imóvel.....	503
5.3.4.	Mora do devedor: perpetuação da obrigação (<i>perpetuatio obligationis</i>) e outros efeitos.....	504
5.3.5.	Mora simultânea e mora sucessiva	505
5.3.6.	Purga ou emenda da mora	506
5.3.7.	Constituição da mora do devedor.....	506
5.3.7.1.	<i>Mora ex re</i> ou automática	507
5.3.7.2.	<i>Mora ex persona</i> ou pendente	507
5.3.7.3.	Termo inicial dos juros moratórios e da correção monetária na responsabilidade civil contratual e extracontratual.....	508
5.3.8.	Descaracterização da mora do devedor no caso de cobranças indevidas no período da normalidade	508
5.3.9.	Efeitos da mora na obrigação de fazer e não fazer.....	508
5.3.10.	Efeitos da mora na obrigação de dar	509
5.3.10.1.	Dever de conservação da coisa e direito a ressar- cimento com as correspondentes despesas.....	509
5.4.	Abono de pontualidade ou desconto por pagamento antecipado	509
5.5.	Arras	511

5.5.1.	Definição.....	511
5.5.2.	Consequências da inexecução da obrigação.....	511
5.5.3.	Espécies.....	512
5.5.3.1.	Arras penitenciais (art. 420, CC).....	512
5.5.3.2.	Arras confirmatórias (art. 419, CC).....	512
5.5.4.	Vedação de cumulação com cláusula penal compensatória ...	513
5.5.5.	Arras vs. cláusula penal.....	513
5.5.6.	Limites.....	513

4.	CONTRATOS EM GERAL.....	515
1.	Noções Gerais de Contratos.....	515
1.1.	Definição.....	515
1.2.	Economicidade dos contratos.....	516
1.3.	Fim e limite dos contratos.....	517
1.4.	Vedação ao pacto de corvina (pacto corvino, pacto sucessório ou <i>pacta corvina</i>).....	517
1.5.	Frustração do fim do contrato.....	518
1.6.	Quebra da base objetiva do contrato.....	519
1.7.	Crise dos contratos.....	519
1.8.	Elementos do contrato.....	519
2.	Formação dos Contratos.....	520
2.1.	Fase da pontuação ou das negociações preliminares.....	520
2.1.1.	Definição.....	520
2.1.2.	Responsabilidade pré-contratual (por culpa <i>in contrahendo</i>)...	520
2.2.	Fase da proposta, da policitação ou da oblação.....	522
2.2.1.	Noções gerais.....	522
2.2.2.	Contratos entre presentes.....	522
2.2.3.	Contratos entre ausentes.....	522
2.2.4.	Retratação da aceitação.....	523
2.2.5.	Alerta quanto ao momento de nascimento do contrato.....	523
2.2.6.	Lugar do contrato.....	523
2.2.7.	Relação de consumo.....	524
2.3.	Fase do contrato.....	524
3.	Princípios Contratuais.....	524
3.1.	Princípio da obrigatoriedade, da força obrigatória ou do consensualismo.....	524
3.2.	Princípio da autonomia da vontade.....	525
3.3.	Princípio da supremacia da ordem pública.....	525
3.4.	Princípio da função social.....	526
3.5.	Princípio da boa-fé e a responsabilidade pré-contratual, contratual e <i>post factum finitum</i>	526
3.5.1.	Conceitos.....	526
3.5.2.	Superendividamento do consumidor e a boa-fé.....	527

3.6.	Princípio da revisão dos contratos.....	528
3.7.	Princípio da relatividade dos efeitos do contrato ou da <i>res inter alios acta</i>	528
3.7.1.	Exceções.....	529
3.7.1.1.	Herdeiro a título universal	529
3.7.1.2.	Estipulação em favor de terceiro.....	529
3.7.1.3.	Contrato com pessoa a declarar ou “cláusula pro amico eligendo”.....	530
3.7.1.4.	Promessa de fato de terceiro	531
3.7.1.5.	Doutrina do terceiro cúmplice e tutela externa do crédito	534
4.	Classificação dos Contratos, Utilidade e seus Efeitos	540
4.1.	Quanto à formalidade	540
4.1.1.	Categorias	540
4.2.	Quanto à natureza jurídica	541
4.3.	Quanto à obrigação das partes envolvidas.....	541
4.3.1.	Categorias	541
4.3.2.	Utilidade	542
4.3.2.1.	Medidas após do vencimento da obrigação: as exceções pós-vencimento.....	542
4.3.2.2.	Medidas antes do vencimento da obrigação: as exceções de pré-vencimento.....	545
4.4.	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes	560
4.4.1.	Categorias	560
4.4.2.	Utilidades.....	561
4.4.2.1.	Princípio da proteção simplificada do agraciado .	561
4.4.2.2.	Princípio da garantia e princípio da comutatividade: fundamentos da evicção e dos vícios redibitórios	561
4.4.2.3.	Vícios redibitórios	562
4.4.2.4.	Evicção	572
4.5.	Quanto ao risco das prestações.....	577
4.5.1.	Categorias	577
4.5.1.1.	Comutativo ou pré-estimado	577
4.5.1.2.	Aleatório.....	578
4.5.2.	Utilidades.....	578
4.5.2.1.	Enfrentamento do risco: exemplo dos negócios agrários	578
4.6.	Quanto à negociação das partes.....	580
4.6.1.	Categorias	580
4.6.1.1.	Contrato paritário.....	580
4.6.1.2.	Contrato de adesão.....	581
4.6.2.	Utilidade	581
4.6.2.1.	Regras de interpretação: cláusulas ambíguas ou contraditórias	581

4.6.2.2.	Renúncia antecipada a direito resultante do contrato.....	582
4.6.2.3.	Tutela do abuso do direito nos contratos de adesão: caso da cláusula de eleição de foro.....	582
4.7.	Quanto ao momento do cumprimento.....	582
4.7.1.	Categorias.....	582
4.7.1.1.	Contrato de execução instantânea.....	582
4.7.1.2.	Contrato de execução diferida.....	582
4.7.1.3.	Contrato de execução continuada.....	583
4.7.2.	Utilidade.....	583
4.7.2.1.	Teoria da imprevisão.....	584
4.7.2.2.	Teoria do rompimento das bases objetivas do negócio jurídico (CDC).....	592
4.8.	Quanto à designação da lei.....	593
4.8.1.	Categorias (nominados e inominados) e utilidade.....	593
4.9.	Quanto à disciplina legal.....	593
4.9.1.	Categorias.....	593
4.9.1.1.	Típico.....	593
4.9.1.2.	Atípico.....	593
4.9.1.3.	Misto.....	594
4.9.2.	Considerações.....	594
4.9.2.1.	Distinção em relação aos contratos nominados e inominados.....	594
4.10.	Quanto à independência do contrato.....	594
4.10.1.	Categorias.....	594
4.10.1.1.	Autônomos.....	594
4.10.1.2.	Conexos.....	595
5.	Extinção dos Contratos.....	603
5.1.	Formas de extinção.....	603
5.2.	Resolução por inadimplemento: definição.....	605
5.3.	Resilição unilateral.....	605
5.3.1.	Definição e cabimento.....	605
5.3.2.	Vedação no caso de investimento considerável (resilição unilateral abusiva): consequência, afastamento por cláusula contratual e o caso da Unimed.....	606
5.4.	Resilição bilateral ou distrato.....	607
5.5.	Momento da extinção do contrato na rescisão.....	608
5.5.1.	Resilição bilateral.....	608
5.5.2.	Resilição unilateral.....	608
5.5.3.	Cláusula resolutiva e a resolução.....	608
5.5.3.1.	Cláusula resolutiva expressa e formalidades para provar seu implemento.....	608
5.5.3.2.	Cláusula resolutiva tácita.....	609
5.5.3.3.	Resolução por inadimplemento.....	609

5.5.3.4.	O pacto comissório em contratos de compra e venda.....	611
5.5.3.5.	O protesto como prova do inadimplemento como condição resolutiva.....	611
5.6.	Casos especiais.....	612
5.6.1.	Direito de arrependimento: conceito, consumidor, imóvel na planta e promessa de compra e venda	612
5.6.2.	Liberação do imóvel “na planta” objeto de promessa de compra e venda no Registro de Imóveis	612
5.6.2.1.	Casos de resilição unilateral.....	612
5.6.2.2.	Casos de resolução por inadimplemento do preço ..	613
5.6.3.	Escolha entre resolução ou tutela específica antes da sentença.....	613

5.	CONTRATOS EM ESPÉCIE, ATOS UNILATERAIS E PREFERÊNCIAS CREDITÓRIAS	615
1.	Considerações gerais	615
2.	Compra e venda	616
2.1.	Contrato bilateral, consensual e oneroso	616
2.2.	Legislação e caso de venda de imóveis.....	616
2.3.	Elementos do contrato de compra e venda	616
2.3.1.	Coisa	616
2.3.1.1.	Coisa corpórea, atual ou futura e determinável ou determinada	616
2.3.1.2.	Riscos pelo perecimento da coisa.....	617
2.3.2.	Preço.....	617
2.3.2.1.	Flexibilização ao <i>sine pretio nulla venditio</i>	617
2.3.2.2.	Preço em dinheiro e problema de preço parcial em bem diverso de dinheiro.....	618
2.3.2.3.	O preço na Cédula de Produto Rural.....	619
2.3.3.	Consentimento.....	619
2.4.	Despesas do contrato	619
2.5.	Compra e venda entre parentes.....	619
2.5.1.	Venda entre cônjuges	619
2.5.2.	Venda para descendentes	620
2.5.2.1.	Prova de prejuízo	620
2.5.2.2.	Anulabilidade, decadência e legitimidade	620
2.5.2.3.	Compra por interposta pessoa	621
2.5.2.4.	Forma do consentimento.....	621
2.5.2.5.	Consentimento do cônjuge	621
2.5.2.6.	Consentimento de companheiro.....	622
2.5.2.7.	Consentimento dos descendentes.....	622
2.5.2.8.	Desnecessidade de consentimento dos cônjuges dos descendentes.....	622
2.5.2.9.	Descendente ou cônjuge incapaz.....	622

2.5.2.10.	Consentimento de ascendente.....	622
2.5.2.11.	Falta de consentimento de descendente desconhecido.....	623
2.5.2.12.	Outros negócios de transmissão onerosa de bens e o caso da hipoteca e de outros direitos reais de garantia.....	623
2.6.	Diferença de área na aquisição de imóveis.....	623
2.6.1.	Tipos de vendas quanto à relevância da área: venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	623
2.6.2.	Presunção relativa de venda <i>ad corpus</i>	624
2.6.3.	Caso da venda de apartamentos “na planta”.....	624
2.6.4.	Efeitos jurídicos.....	624
2.6.5.	Decadência.....	625
2.6.5.1.	Regra geral.....	625
2.6.5.2.	Reflexões sobre o termo inicial.....	625
2.6.5.3.	Inaplicabilidade de prazo prescricional.....	626
2.7.	Cláusulas especiais da compra e venda.....	626
2.7.1.	Noções gerais.....	626
2.7.2.	Retrovenda, direito de retrato ou direito de resgate.....	626
2.7.3.	Venda a contento e venda sujeita a prova.....	627
2.7.4.	Preferência, prelação ou preferência.....	627
2.7.5.	Venda com reserva de domínio.....	628
2.7.5.1.	Definição e constituição.....	628
2.7.5.2.	Só para bens móveis.....	628
2.7.5.3.	Perecimento da coisa.....	628
2.7.5.4.	Necessidade de notificação prévia à retomada do bem.....	628
2.7.6.	Venda sobre (ou contra) documento.....	629
3.	Troca ou Permuta.....	630
3.1.	Definição e disciplina legal.....	630
3.2.	Caso de permuta de terreno por unidades futuras: cautelas práticas.....	630
3.3.	Permuta de bens de valores desiguais (com ou sem torna) e o problema do ITCD sobre a diferença.....	630
4.	Contrato Estimatório.....	631
4.1.	Definição.....	631
4.2.	Há transferência da propriedade ao consignatário?.....	632
4.3.	Impenhorabilidade do bem por dívida do consignatário.....	632
4.4.	Transferência dos riscos da coisa para o consignatário (<i>periculum est emptoris</i>).....	632
4.5.	Prazo do contrato estimatório.....	632
4.6.	Formas de restituição da coisa pelo consignatário.....	633
5.	Doação.....	633
5.1.	Definição.....	633
5.2.	Elementos do contrato de doação.....	633

5.3.	Quem pode doar?.....	633
5.4.	Quem pode ser donatário?	633
5.5.	Aceitação do donatário.....	634
5.6.	Forma e a doação manual.....	634
5.7.	Objeto da doação.....	634
5.8.	Espécies de doação.....	634
5.8.1.	Doação pura, simples ou típica (<i>vera et absoluta</i>)	634
5.8.2.	Doação onerosa, modal, com encargo ou gravada (<i>donatione sub modo</i>)	634
5.8.3.	Doação remuneratória	635
5.8.4.	Doação mista (<i>negotium mixtum cum donatione</i>)	636
5.8.5.	Doação contemplativa, meritória ou em contemplação de merecimento do donatário	636
5.8.6.	Doação a nascituro	636
5.8.7.	Doação a concepturo	636
5.8.8.	Doação em forma de subvenção periódica	637
5.8.9.	Doação em contemplação de casamento futuro ou doação <i>propter nuptias</i>	637
5.8.10.	Doação conjuntiva	637
5.8.11.	Doação com cláusula de retorno ou reversão	638
5.8.12.	Doação a entidade futura	638
5.8.13.	Doação universal	638
5.8.14.	Doação de cônjuge adúltero a seu cúmplice	638
5.8.15.	Doação entre cônjuge e os regimes de bens.....	639
	5.8.15.1. Regimes voluntários diversos do da comunhão universal.....	639
	5.8.15.2. Regime da comunhão universal	639
	5.8.15.3. Regime da separação legal	641
5.9.	Doação e a proteção da legítima	641
5.9.1.	Noções gerais	641
5.9.2.	Doação inoficiosa.....	641
	5.9.2.1. Definição e nulidade parcial.....	641
	5.9.2.2. Momento da declaração de nulidade	642
	5.9.2.3. Doações sucessivas como burla à inoficiosidade... ..	642
	5.9.2.4. Aplicabilidade mesmo para doações a cônjuge	642
5.9.3.	Doação a cônjuge ou a descendente como antecipação de herança e doação a ascendente.....	642
	5.9.3.1. Proteção da legítima.....	642
	5.9.3.2. Dever de colação e a dispensa de colação.....	643
	5.9.3.3. Dispensa de colação pós-doação	644
	5.9.3.4. Irrelevância de empobrecimento posterior do doador.....	646
	5.9.3.5. Sucessivas doações e a dispensa de colação.....	646
	5.9.3.6. Doação a ascendente	646

5.9.3.7.	Doação a ex-cônjuge	646
5.9.3.8.	Doação a cônjuge nos casos de não concorrência com descendentes	647
5.10.	Revogação da doação.....	647
5.10.1.	Inexecução de encargo	647
5.10.2.	Ingratidão.....	647
5.11.	Questões especiais	648
5.11.1.	Dízimos, contribuições ou oferendas religiosos: espécie de contrato atípico	648
6.	Empréstimo: Locação, Comodato e Mútuo.....	650
6.1.	Noções gerais.....	650
6.2.	Locação.....	650
6.2.1.	Definição.....	650
6.2.2.	Legislação.....	650
6.2.3.	Características.....	651
6.2.4.	Coisa a ser locada.....	651
6.2.4.1.	Coisa consumível.....	651
6.2.4.2.	Coisa inalienável	651
6.2.4.3.	Bem incorpóreo ou direitos.....	651
6.2.4.4.	Coisa em condomínio.....	651
6.2.5.	Preço.....	651
6.3.	Cláusula de vigência da locação no caso de alienação da coisa.....	651
6.3.1.	Regra geral	651
6.3.2.	Discussão sobre flexibilização do registro da cláusula	652
6.4.	Comodato	652
6.4.1.	Definição.....	652
6.4.2.	Características.....	653
6.4.3.	Temporiedade do contrato: vedação de prazos eternos	653
6.4.4.	Dever de cuidado especial do comodatário.....	653
6.4.4.1.	Noções gerais.....	653
6.4.4.2.	Aprofundamento: origens romanísticas e responsabilidade por custódia.....	653
6.4.5.	Extinção.....	655
6.4.6.	Cobrança de “aluguel-pena”	655
6.5.	Mútuo	656
7.	Prestação de Serviço	657
7.1.	Definição	657
7.2.	Características	657
7.3.	Objeto.....	657
7.4.	Pessoa jurídica como prestador de serviço	658
7.5.	Remuneração	658
7.6.	Prazo máximo	658
7.7.	Prestação de serviço sem habilitação ou exigência legal	658
7.8.	Extinção do contrato de prestação de serviço	658

7.9.	Aliciamento de mão de obra	659
8.	Empreitada.....	659
8.1.	Definição	659
8.2.	Classificação da empreitada quanto ao fornecimento de materiais	659
8.2.1.	Empreitada de execução, de labor ou de mão de obra.....	659
8.2.2.	Empreitada de material ou mista	660
8.3.	Outras classificações	660
8.3.1.	Empreitada propriamente dita vs. empreitada sob administração	660
8.3.2.	Distinção entre empreitada a preço fixo e empreitada a preço por medida.....	661
8.4.	Subempreitada.....	662
8.5.	<i>Engineering</i>	662
8.6.	Prerrogativas do crédito do empreiteiro: privilégio especial e direito de retenção.....	662
8.7.	Responsabilidade civil do empreiteiro.....	663
8.7.1.	Noções gerais	663
8.7.2.	Vício que não afeta a solidez ou a segurança da obra	663
8.7.3.	Vício que afeta a solidez ou a segurança da obra	663
8.7.4.	Ilícito contratual consistente da má execução da obra contratada.....	664
9.	Depósito	664
9.1.	Legislação.....	664
9.2.	Definição	664
9.3.	Objeto.....	665
9.4.	Características	665
9.5.	Espécies de depósito.....	665
9.6.	Local de restituição	666
9.7.	Perecimento da coisa	666
10.	Mandato.....	666
10.1.	Legislação.....	666
10.2.	Definição e espécies (judicial e extrajudicial)	666
10.3.	Natureza personalíssima	666
10.4.	Forma do mandato	667
10.4.1.	Contrato não solene.....	667
10.4.2.	Procuração	667
10.4.3.	Aceitação tácita do mandatário.....	667
10.4.4.	Princípio da atração das formas ou do paralelismo das formas	667
10.4.5.	Procuração <i>apud acta</i>	667
10.4.6.	Mandato por cegos e analfabetos.....	667
10.4.7.	Reconhecimento de firma em procuração.....	668
10.5.	Objeto do mandato	668
10.6.	Classificação	668

10.6.1.	Quanto à extensão dos poderes (mandato em termos gerais e mandato com poderes gerais) e os poderes implícitos.....	668
10.6.2.	Quanto aos atos a serem praticados (mandato geral e mandato especial).....	668
10.6.3.	Quanto à pluralidade de mandatários.....	669
10.7.	Presunção de gratuidade	669
10.8.	Representação vs. mandato.....	669
10.9.	Mandato e representação vs. nunciatura.....	670
10.10.	Incapaz como mandante.....	670
10.11.	Incapaz como mandatário	670
10.12.	Proibições legais de ser mandatário.....	671
10.13.	Substabelecimento.....	671
10.13.1.	Definição, cabimento e responsabilidade civil do substabelecimento.....	671
10.13.2.	Espécies de substabelecimento: com ou sem reserva de poderes.....	672
10.13.3.	Caso prático: apropriação indébita por advogado substabelecido	672
10.13.4.	Forma do substabelecimento	674
10.14.	Procuração em causa própria.....	674
10.14.1.	Regime jurídico.....	674
10.14.2.	Utilização prática.....	674
10.14.2.1.	Formas indiretas de “vender bens” e o problema do ITBI e do registro no cartório	674
10.14.2.2.	Forma de prorrogar a venda do imóvel por conta de uma pendência.....	675
10.14.2.3.	Forma de “contratos de gaveta” para imóvel financiado	675
10.15.	Obrigações do mandatário	675
10.16.	Obrigações do mandante	676
10.16.1.	Dever perante terceiros.....	676
10.16.2.	Dever perante mandatário: remuneração e indenização.....	676
10.16.3.	Garantias para o mandatário: direito de retenção e solidariedade passiva	676
10.17.	Conflito de interesse.....	676
10.17.1.	Noções gerais	676
10.17.2.	Uma mesma pessoa como mandatária das partes de um contrato: é possível?	677
10.18.	Excesso de poderes: o mandante e o terceiro.....	678
10.19.	Extinção do mandato.....	678
10.19.1.	Hipóteses.....	678
10.19.2.	Revogação.....	679
10.19.2.1.	Espécies e natureza receptícia.....	679
10.19.2.2.	Cláusula de irrevogabilidade: casos de ineficácia	679

10.19.2.3. Caso prático: cláusula-mandato em escrituras de compra e venda.....	679
10.19.3. Morte ou interdição de qualquer das partes.....	680
10.19.3.1. Noções gerais.....	680
10.19.3.2. Questões importantes	680
10.20. Mandato aparente	681
10.21. Questões especiais	682
10.21.1. Cláusula-mandato: instituições financeiras, administradora de cartão de crédito e o caso do cartão de crédito <i>private label</i> ...	682
11. Contratos Empresariais para “Revenda” de Produtos e Serviços: Comissão, Agência e Distribuição.....	684
11.1. Comissão	684
11.2. Agência e distribuição	685
12. Corretagem.....	687
12.1. Legislação.....	687
12.2. Definição	687
12.3. Características	687
12.4. Obrigação de resultado e remuneração: caso de negligência do corretor.....	687
12.5. Invalidez do negócio e a remuneração.....	688
12.6. Negócio realizado diretamente entre comitente e a parte, sem intervenção do corretor.....	688
12.7. Intermediação por mais de um corretor	688
12.8. Espécies de corretagem.....	689
12.8.1. Classificação tradicional	689
12.8.2. Classificação mais moderna	689
12.9. Perspectivas futuras da corretagem.....	690
13. Transporte.....	690
14. Seguro	691
14.1. Legislação.....	691
14.2. Definição	691
14.3. Sujeitos envolvidos no contrato de seguro.....	691
14.4. Contrato aleatório ou comutativo?.....	692
14.5. Contrato de forma livre ou solene?.....	692
14.6. Prestação da seguradora	693
14.7. Contrato de adesão.....	693
14.8. Elementos essenciais do seguro	693
14.9. Regras relativas à proteção da boa-fé nos contratos de seguro.....	694
14.10. Cláusula de recondução tácita do contrato pelo mesmo prazo.....	694
14.11. Reserva técnica	694
14.12. Resseguro.....	695
14.13. Cosseguro.....	695
14.14. Apólice vs. bilhete de seguro	695
14.15. Seguro em grupo (art. 801, CC)	695

14.16.	Mora do segurado	696
14.17.	Espécies	696
14.18.	Seguro de dano	696
14.18.1.	Definição, natureza jurídica e sub-rogação	696
14.18.2.	Seguro cumulativo ou sobresseguro.....	697
14.18.3.	Cláusula de rateio no caso de seguro parcial	697
14.18.4.	Vício intrínseco da coisa	697
14.18.5.	Acordo do segurado com terceiros no caso de seguro de responsabilidade civil.....	697
14.18.6.	Casos práticos.....	698
14.18.6.1.	Seguro de veículos e a sub-rogação.....	698
14.18.6.2.	Seguro de incêndio vs. inquilino	699
14.18.6.3.	Inoponibilidade da cláusula de eleição de foro contra a seguradora	699
14.19.	Seguro de pessoa	699
14.19.1.	Noções gerais	699
14.19.2.	Espécies de seguro de pessoa	700
14.20.	Seguro de vida de terceiros.....	700
14.21.	Casos especiais.....	700
14.21.1.	Suicídio no seguro de vida: relevância só nos dois primeiros anos	700
14.21.1.1.	Seguro de veículo e acidente de trânsito.....	701
15.	Constituição de Renda.....	703
15.1.	Definição	703
15.2.	Forma.....	703
15.3.	Proximidade com o legado de alimentos	703
15.4.	Constituição de renda onerosa sobre imóvel: subsiste como direito real? Cabe o registro na matrícula do imóvel?	703
15.5.	Impenhorabilidade da renda gratuita se houver pacto	704
15.6.	Limite temporal da constituição de renda.....	704
15.7.	Direito de crescer.....	704
15.8.	Resgate como forma de extinção da constituição de renda	704
16.	Jogo e Aposta.....	705
16.1.	Legislação.....	705
16.2.	Definição	705
16.3.	Jogos institucionalizados ou não institucionalizados	705
16.4.	Jogos esportivos e não esportivos	705
16.5.	Jogos gratuitos institucionalizados ou não	705
16.6.	Classificação dos jogos e apostas	705
16.6.1.	Ilícitos ou proibidos	705
16.6.2.	Lícitos	706
16.7.	A questão da exigibilidade das dívidas de jogos ou apostas e os terceiros de boa-fé	706
16.8.	Questões especiais	707

16.8.1.	Exigibilidade de dívida de jogo no caso de violação da boa-fé objetiva	707
16.8.2.	Exigibilidade de empréstimos para jogos ou apostas	707
16.8.3.	Distinção em relação aos contratos diferenciais	708
16.9.	Sorteio como resolução de conflitos ou de divisão de coisas	708
17.	Fiança.....	708
17.1.	Legislação.....	708
17.2.	Definição	708
17.3.	Fiança onerosa?.....	708
17.4.	Interpretação e forma escrita	710
17.5.	Sub-rogação	711
17.6.	Benefício de divisão e benefício de ordem.....	711
17.6.1.	Cofiadores, solidariedade e benefício de divisão.....	711
17.6.2.	Benefício de ordem ou de excussão	711
17.6.3.	Aprofundamento: solidariedade passiva e o tríplice privilégio da fiança na Roma antiga e no Brasil: benefício de ordem ou de excussão (<i>beneficium excussionis vel ordinis</i>), benefício da divisão (<i>beneficium divisionis</i>) e o benefício das ações cedidas ou de direito de regresso (<i>beneficium cedendarum actionum</i>)	711
17.7.	Classificação quanto à extensão da obrigação (fiança total ou parcial).....	712
17.8.	Classificação quanto à duração.....	712
17.9.	Extinção	712
17.9.1.	Noção geral	712
17.9.2.	Alterações das condições da obrigação por vontade do credor....	713
17.9.3.	Impossibilidade de sub-rogação por culpa do credor.....	713
17.9.4.	Exoneração (resilição unilateral) e o “prazo de rescaldo”.....	713
17.9.4.1.	Fiança por prazo determinado	713
17.9.4.2.	Fiança por prazo indeterminado	714
17.9.4.3.	Caso especial: notificação resilitória precoce na fiança por prazo determinado e comparação com o caso da Lei do Inquilinato.....	714
17.9.4.4.	Cláusula de renovação automática da fiança com a renovação do contrato principal.....	714
18.	Transação.....	715
18.1.	Legislação.....	715
18.2.	Definição	715
18.3.	Transação judicial e extrajudicial.....	715
18.4.	Objeto: direitos disponíveis.....	715
18.5.	Natureza declaratória	715
18.6.	Princípio da indivisibilidade da transação	715
18.7.	Interpretação restritiva.....	716
18.8.	Proteção de terceiros e o caso dos honorários sucumbenciais.....	716
18.9.	Restrições à anulabilidade	716
19.	Compromisso.....	716

ATOS UNILATERAIS.....	717
20. Noções gerais.....	717
21. Promessa de recompensa.....	717
22. Gestão de negócios.....	717
22.1. Definição	717
22.2. Requisitos da gestão de negócio.....	718
22.3. Espécies de gestão	718
22.4. Vontade presumível do dono do negócio.....	718
22.5. Vinculação do dono do negócio e seu dever de reembolsar ou indenizar	718
22.6. Responsabilidade civil do gestor do negócio	719
22.7. Caso prático: internação de familiar no hospital	719
23. Pagamento indevido e enriquecimento sem causa	719
23.1. Apresentação do capítulo.....	719
23.2. Direito do enriquecimento sem causa: histórico, direito comparado e opção brasileira.....	720
23.2.1. Introdução.....	720
23.2.2. O que é enriquecimento sem causa?.....	721
23.2.3. Problema histórico	721
23.2.4. Opção do CC.....	722
23.2.5. Modelo romano.....	722
23.2.5.1. Notas sobre a herança romanística	722
23.2.5.2. Vale a pena estudar o direito romano hoje?.....	722
23.2.5.3. Motivos para estudar o direito romano.....	722
23.2.5.4. As <i>condiciones</i> : origem histórica e reflexões sobre o CC brasileiro.....	724
23.2.5.5. Quase-contratos: categoria do direito romano ainda existente no direito civil francês	724
23.2.5.6. A quadripartição do direito romano: contratos, quase-contratos, delitos e quase-delitos.....	725
23.2.5.7. Enriquecimento sem causa: regras claras	725
23.2.5.8. Modelo romano propriamente dito	725
23.2.5.9. <i>Condictio ob causam finita, condictio ob turpem uel iniustam causam</i> e <i>condictio ex causa furtiva</i>	726
23.2.5.10. Repetição do indébito ou indevido (<i>indebitum solutum</i>).....	727
23.2.5.11. Enriquecimento por virtude de uma causa que deixou de existir	727
23.2.5.12. Enriquecimento por falta do resultado previsto... ..	728
23.2.5.13. Considerações finais sobre a relevância do direito romano: as vidas ilustres dos romanistas	728
23.2.6. Modelo alemão.....	731
23.2.6.1. Enriquecimento sem causa por prestação (<i>Leistungskondiktio</i>)	731

23.2.6.2.	Enriquecimento sem causa por intervenção (<i>Ein-griffskondiktio</i>)	731
23.2.6.3.	Interface do direito restitutivo com outros ramos jurídicos: notas sobre os casos Blake (Reino Unido), Eduardo Cunha (Brasil) e O. J. Simpson (EUA)	732
23.3.	Pagamento indevido no CC	733
23.3.1.	Definição de repetição de indébito no CC	733
23.3.2.	Distinção em relação ao enriquecimento sem causa: o prazo prescricional como exemplo de utilidade prática.....	733
23.3.3.	Pagamento objetivamente indevido vs. pagamento subjetivamente indevido	733
23.3.4.	Dívida sujeita a condição e a termo suspensivos.....	734
23.3.5.	Definição e o erro como requisito	734
23.3.6.	Excludentes da repetição de indébito	734
23.3.6.1.	Obrigação natural	734
23.3.6.2.	Obrigação lícita	734
23.3.7.	Tutela da boa-fé de quem recebeu o pagamento	734
23.3.8.	Casos especiais	735
23.3.8.1.	Cobrança indevida em conta-corrente.....	735
23.3.8.2.	Cobrança indevida de tributos.....	735
23.3.8.3.	Repetição de indébito de obrigação de fazer ou de não fazer.....	735
23.3.8.4.	Repetição de indébito de obrigação de alienação de imóvel.....	735
23.4.	Enriquecimento sem causa no CC.....	736
23.4.1.	Noções gerais	736
23.4.2.	Dever de restituir o ganho ilícito e a ação <i>in rem verso</i>	736
23.4.3.	Correção monetária do valor a ser devido	736
23.4.4.	Requisitos da ação <i>in rem verso</i>	737
23.4.5.	Vantagens imateriais como ensejador de enriquecimento sem causa	737
23.4.6.	“Lucro da Intervenção” ou “enriquecimento sem causa por intervenção”.....	738
23.4.6.1.	Noções gerais.....	738
23.4.6.2.	Prescrição.....	739
23.4.6.3.	Enriquecimento sem causa por intervenção e o STJ: caso do uso indevido da imagem de uma atriz.....	739
23.4.6.4.	Quantificação do “lucro por intervenção” (enriquecimento sem causa por intervenção): aprofundamento	740
23.4.7.	Casos especiais	741
23.4.7.1.	Aproveitamento parasitário.....	741
23.4.7.2.	A jurisprudência do STJ e os casos Prada e Coco Bambu: aprofundamento e os supostos “lucros cessantes” do art. 210, LPI	742

23.4.7.3.	STJ e vedação da incidência de encargos bancários sobre valores a serem devolvidos por instituições financeiras ao mutuário em razão de cobranças ilícitas	743
23.4.8.	A restituição do ganho ilícito como um entre outros remédios do direito civil para fatos jurídicos ilícitos: experiências do direito britânico	744
23.4.8.1.	Ilícitos civis e remédios no direito civil brasileiro.....	744
23.4.8.2.	A restituição do ganho ilícito (vedação ao enriquecimento ilícito) e sua interface com a indenização (responsabilidade civil).....	745
24.	Preferências e Privilégios Creditórios.....	747
24.1.	Noções gerais.....	748
24.2.	Irrelevância da categorização antes da declaração de insolvência: princípio do <i>prior in tempore potior in iure vs.</i> princípio da <i>par conditio creditorum</i>	748
24.3.	Categorização hierárquica dos créditos.....	749
6.	RESPONSABILIDADE CIVIL	751
1.	Noções Gerais	751
1.1.	Definição	751
1.2.	A independência das instâncias de responsabilidade (penal, administrativa e civil etc.) e o efeito pamprocessual do processo penal	752
1.2.1.	Noções gerais	753
1.2.2.	É preciso aguardar trânsito em julgado de condenação criminal?.....	754
1.2.3.	O art. 935 do CC como regra geral de direito	754
1.2.4.	A possibilidade de suspensão do processo civil: art. 315, CPC	755
1.2.5.	O efeito pamprocessual do processo penal e as exceções à independência das esferas.....	755
1.2.6.	O efeito pamprocessual do processo penal e as excludentes de ilicitude.....	757
1.2.6.1.	Noções gerais.....	757
1.2.6.2.	Estado de perigo agressivo (<i>aggressiver Notstand</i> , § 904, BGB) e defensivo (<i>defensiver Notstand</i> , § 228, BGB)	757
1.2.6.3.	Absolvição criminal por fundada dúvida da excludente: ausência do efeito pamprocessual do processo penal.....	758
1.2.6.4.	Absolvição criminal por certeza da excludente: ocorrência do efeito pamprocessual do processo penal, mas com consequências limitadas.....	758
1.2.6.5.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa putativa.....	759
1.2.6.6.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa com <i>aberratio ictus</i>	760

1.2.6.7.	O efeito pamprocessual do processo penal e <i>aberratio ictus</i>	760
1.2.7.	O efeito pamprocessual do processo penal e a absolvição pelo tribunal do júri.....	761
1.2.8.	O efeito pamprocessual do processo penal e a Lei de Abuso de Autoridade	761
1.2.9.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa de terceiro.....	762
1.2.10.	O efeito pamprocessual do processo penal e a legítima defesa de terceiro por agente de segurança pública.....	763
1.2.11.	O efeito pamprocessual do processo penal e as excludentes de ilicitude: síntese	763
1.2.12.	Improbidade administrativa e o princípio da independência das instâncias: efeito pamprocessual dos processos penal e civil quanto ao mérito	764
1.2.13.	O efeito pamprocessual do processo penal, os reflexos da absolvição por atipicidade, formal ou material, inclusive na improbidade administrativa (art. 386, III, CPP) e o interesse do réu de recorrer contra a própria absolvição.....	765
1.2.14.	A ação rescisória para desconstituir coisa julgada cível incompatível com a decisão criminal	766
1.2.15.	Termo inicial da ação rescisória para desconstituir coisa julgada cível incompatível com a decisão criminal.....	767
1.2.16.	Prescrição penal aplicada à responsabilidade civil.....	768
1.2.17.	Reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal e preservação da pretensão indenizatória.....	769
1.3.	Atenção para os efeitos concretos da responsabilidade.....	769
1.4.	Responsabilidade pressuposta.....	770
1.5.	Responsabilidade civil por dano enorme.....	770
1.6.	Sistemas de dano indenizável: alemão, francês e o risco geral da vida (<i>allgemeines Lebensrisiko</i>).....	771
1.6.1.	Sistema alemão ou típico.....	771
1.6.1.1.	Definição	771
1.6.1.2.	Críticas ao sistema alemão e o risco geral da vida (<i>allgemeines Lebensrisiko</i>) ou teoria da esfera de risco.....	771
1.6.2.	Sistema francês ou atípico.....	772
1.7.	Dano-evento vs. dano-prejuízo	772
1.8.	Responsabilidade sem dano.....	773
1.9.	Teoria do dano punitivo	774
1.10.	Regra da irreparabilidade do dano evitável.....	775
1.11.	Teoria (ou tese) da culpa contra a legalidade.....	775
1.12.	Meios de enfrentar os riscos envolvidos na responsabilidade civil.....	776
1.13.	Transmissibilidade da responsabilidade civil.....	776
1.13.1.	Direito à reparação.....	776
1.13.2.	Dever de reparar	777

1.13.3.	Casos especiais	777
1.13.3.1.	Alimentos indenizativos ou pensão alimentícia aquiliana.....	777
1.13.3.2.	Legitimidade ativa dos pais como únicos herdeiros da vítima para a ação de indenização por dano moral do filho falecido.....	779
1.13.3.3.	Direito ou dever à reparação como objeto do inventário e a partilha.....	780
1.14.	Responsabilidade do incapaz	780
1.14.1.	Regra geral	780
1.14.1.1.	“Capacidade para responder por ilícitos civis” (<i>Deliktsfähigkeit</i>)	781
1.14.1.2.	Subjetiva.....	781
1.14.1.3.	Limitada (ou condicional), mitigada e equitativa.	782
1.14.1.4.	Subsidiária	783
1.14.2.	Direito de regresso do representante contra o incapaz?.....	786
1.14.3.	Responsabilidade de pais por filhos maiores	786
1.14.4.	Situações especiais.....	787
1.14.4.1.	Ressarcimento como medida socioeducativa	787
1.14.5.	Menor emancipado.....	787
1.14.6.	Responsabilidade dos representantes do incapaz: questão da “autoridade e companhia”	788
1.14.7.	Responsabilidade de pai ou mãe sem a guarda.....	789
1.14.8.	Responsabilidade de pai ou mãe com guarda compartilhada	791
1.14.9.	Responsabilidade dos pais por ato praticado pelo filho na escola	791
1.15.	Responsabilidade solidária	792
1.15.1.	Solidariedade ativa.....	792
1.15.2.	Solidariedade passiva.....	792
1.15.3.	Responsabilidade vicária ou por fato de terceiro.....	793
1.15.3.1.	Responsabilidade vicária: definição e experiência norte-americana.....	793
1.15.3.2.	Requisitos e evolução do sistema de culpa presumida para o de responsabilidade objetiva.....	794
1.15.3.3.	Responsabilidade objetiva pura (própria) e impura (imprópria): uma problema de nomenclatura.....	794
1.15.3.4.	Teoria da substituição.....	795
1.15.3.5.	Casos do art. 932, CC.....	795
1.15.3.6.	Interface com CDC.....	797
1.15.4.	Casuística.....	798
1.15.4.1.	Causadores de dano ambiental.....	798
1.15.4.2.	Coautoria e empréstimo de veículo.....	800
1.15.4.3.	Operadora de plano de saúde e médico da rede credenciada.....	800
1.15.4.4.	Agência de turismo e serviços turísticos.....	800

1.15.4.5.	Hospital e médico.....	802
1.15.4.6.	Responsabilidade civil do médico (e dos profissionais de saúde em geral) e a álea terapêutica ..	802
1.15.4.7.	Responsabilidade civil por erro em exame laboratorial.....	803
1.15.4.8.	Responsabilidade civil do advogado e do médico e a aplicação da teoria da perda de uma chance: um paradoxo?.....	804
1.15.4.9.	Necessidade de conhecimentos interdisciplinares para enfrentar problemas de direito médico ou que envolvam as ciências forenses.....	804
1.15.4.10.	Escola e empresa de transporte escolar vinculada	805
1.15.4.11.	Responsabilidade civil em hospedagem do tipo “Airbnb”	805
1.15.4.12.	Responsabilidade civil por acidente de trânsito a jornalista “convidado” a cobrir lançamento de produto de uma grande empresa.....	806
1.16.	Dano reflexo, por ricochete ou indireto.....	807
1.16.1.	Conceituação	807
1.16.2.	Fatos geradores de dano moral reflexo	807
1.16.3.	Legitimados a pleitear dano moral reflexo e o problema do valor.....	808
1.16.4.	Dano moral pelo espólio cumulado com dano moral reflexo: caso da morte imediata.....	809
2.	Ilicitude do Ato	810
2.1.	Responsabilidade civil por ato ilícito	810
2.1.1.	Ilícitos civis e excludentes de ilicitude.....	810
2.1.2.	Ilícitos civis e excludentes de ilicitude putativas	810
2.1.3.	Da dúvida jurídica razoável como excludente de responsabilidade civil ou como redutor do valor da indenização.....	811
2.1.4.	Do descabimento da responsabilidade civil por controvérsia ou mudança jurisprudenciais acerca da ilicitude.....	812
2.2.	Responsabilidade civil por ato lícito	813
2.2.1.	Requisitos	814
2.3.	Classificação do dano injusto e o dano justo	814
2.4.	Casuística.....	815
2.4.1.	Repreensão de aluno por professora ou aluno	815
2.4.2.	Rompimento de namoro ou traição e o “risco geral da vida” (<i>allgemeines Lebensrisiko</i>).....	816
2.4.3.	Divulgação, pelo traído, de conversas e fotos íntimas do traidor em redes sociais.....	816
2.4.4.	Rompimento de noivado.....	816
2.4.5.	Rompimento de noivado e contrato de despesas de casamento: a os contratos esponsalícios do século XXI e os aprestos (preparação do casamento).....	818
2.4.6.	Abandono do nubente no altar	818

2.4.7.	Adultério e amante	818
2.4.8.	Abandono afetivo de filho	820
2.4.9.	Abandono material de filho.....	821
2.4.10.	Condomínio por furtos ou agressões físicas nas áreas comuns	821
2.4.11.	Estelionato sentimental (<i>romance scam</i>).....	822
2.4.12.	Empréstimos bancários tomados no exclusivo interesse do ex-namorado	822
2.4.13.	Mera propositura de ações judiciais manifestamente descabidas, sicofantas ou simuladas (<i>sham litigation</i>): responsabilidade civil por chicana processual.....	822
2.4.14.	Honorários contratuais	823
2.4.15.	Zona livre para ofensas	823
2.4.16.	Ofensas nas redes sociais.....	823
3.	Indenização	824
3.1.	Princípio da <i>restitutio in integrum</i>	824
3.2.	Compensação vs indenização: caso do dano moral e o princípio da satisfação compensatória	825
3.3.	Exceções ao princípio da <i>restitutio in integrum</i>	826
3.3.1.	Casos de redução equitativa	827
3.3.1.1.	Art. 928, parágrafo único, CC	827
3.3.1.2.	Art. 944, parágrafo único, CC: culpa desproporcional	828
3.3.2.	Casos de tabelamento.....	829
3.3.2.1.	Convenção de Montreal: transporte aéreo internacional	829
3.3.2.2.	Dano a trabalhador	830
3.4.	Culpa concorrente e o caso do art. 738, parágrafo único, CC.....	830
3.4.1.	Conceituação	830
3.4.2.	Culpa concorrente de passageiro (art. 783, parágrafo único, CC).....	831
3.4.3.	Compensação do lucro com o dano (<i>compensatio lucri cum damno</i>)	831
3.4.3.1.	Definição, direito comparado e Brasil: caso do benefício do INSS e do seguro DPVAT	831
3.4.3.2.	Experiência do direito holandês	832
3.4.4.	Casuística.....	832
3.4.4.1.	Caso da fuga de paciente menor de hospital	832
3.4.4.2.	Caso do furto de caminhão em pátio de oficina	832
3.5.	Indenização: <i>in natura</i> ou pecúnia?.....	833
3.5.1.	Regra geral: preferência da indenização <i>in natura</i> em relação à indenização pecuniária.....	833
3.5.2.	Caso de responsabilidade contratual: cumprimento forçado da prestação pactuada vs. indenização <i>in natura</i>	834
3.5.3.	Parâmetros para a indenização <i>in natura</i>	834

3.5.4.	Responsabilidade civil vs. cumprimento de obrigação de restituir coisa fungível.....	835
3.5.5.	Cumulação de indenização <i>in natura</i> com indenização pecuniária pelo dano residual	836
3.6.	Indenização no caso de morte, incapacidade laboral ou outra lesão à saúde.....	836
3.6.1.	Regras gerais.....	836
3.6.2.	Pensão alimentícia indenizativa ou aquiliana.....	837
3.6.2.1.	Caso de morte	837
3.6.2.2.	Caso de incapacidade laboral	839
3.6.2.3.	Valor dos alimentos em salário mínimo vs. correção monetária.....	840
3.6.2.4.	Cumulação dos alimentos indenizativos (ou aquilianos) e benefícios previdenciários.....	840
3.6.2.5.	Constituição de capital	841
3.6.2.6.	Alteração superveniente	842
3.6.2.7.	Prisão civil.....	843
3.6.3.	Substituição da pensão alimentícia por uma prestação única	844
3.6.3.1.	Caso de incapacidade laboral: experiência nos EUA e caso brasileiro	844
3.6.3.2.	Caso de morte	844
3.7.	Dano (material ou moral) presumido ou <i>in re ipsa</i>	845
3.7.1.	Definição.....	845
3.7.2.	<i>Res ipsa loquitur</i>	845
3.7.3.	Diferença entre a <i>res ipsa loquitur doctrine</i> e o dano <i>in re ipsa</i>	845
3.7.4.	Exemplos	847
3.7.4.1.	Uso indevido de marca.....	847
3.7.4.2.	Morte de membro de família de baixa renda.....	847
3.7.4.3.	Devolução indevida de cheque.....	847
3.7.4.4.	Inclusão indevida do nome em cadastro de inadimplentes.....	847
3.7.4.5.	Ofensa à dignidade humana (caso de desocupação forçada da residência)	848
3.7.4.6.	Uso indevido de imagem para fins econômicos ou comerciais.....	848
4.	Classificação da Responsabilidade Civil	849
4.1.	Quanto à origem.....	849
4.1.1.	Problema de nomenclatura, críticas à classificação e teorias... ..	849
4.1.2.	Responsabilidade contratual.....	850
4.1.3.	Responsabilidade extracontratual ou aquiliana.....	850
4.1.4.	Responsabilidade pela quebra da confiança: uma terceira categoria?	850
4.1.5.	Relevância prática.....	851
4.1.5.1.	Presunção de culpa com inadimplemento.....	851
4.1.5.2.	Termo inicial dos juros moratórios	851

4.2.	Quanto à ilicitude: responsabilidade por ato ilícito e ato lícito.....	851
4.3.	Quanto à culpa	852
4.3.1.	Responsabilidade subjetiva	852
4.3.2.	Responsabilidade objetiva	852
4.3.2.1.	Noções gerais.....	853
4.3.2.2.	Breve histórico.....	853
4.3.2.3.	Teorias do risco	855
4.3.3.	Casuística.....	858
5.	Pressupostos da Responsabilidade Civil	858
5.1.	Conduta.....	859
5.1.1.	Comissiva ou omissiva.....	859
5.1.2.	Espécies de responsabilidade quanto à conduta.....	860
5.1.2.1.	Responsabilidade direta ou por ato próprio	860
5.1.3.	Responsabilidade indireta	860
5.1.3.1.	Vicária ou por fato de terceiro.....	861
5.1.3.2.	Pelo fato da coisa.....	861
5.1.3.3.	Pela guarda de animal	868
5.2.	Culpa.....	868
5.2.1.	Conceito.....	868
5.2.2.	Casuística.....	869
5.2.2.1.	Responsabilidade de empresa de vigilância perante banco diante de assalto	869
5.3.	Nexo causal.....	869
5.3.1.	Teorias do nexo causal	870
5.3.1.1.	Teoria da equivalência das condições ou da <i>conditio sine qua non</i>	870
5.3.1.2.	Teoria da causalidade adequada	871
5.3.1.3.	Teoria do dano direto e imediato	874
5.3.1.4.	Teoria da imputação objetiva	877
5.3.1.5.	Teoria da finalidade protetiva ou do âmbito de proteção da norma (<i>Lehre vom Schutzzweck der Norm</i>).....	877
5.3.1.6.	Causalidade que fundamenta a responsabilidade (<i>haftungsbegründende Kausalität</i>) e causalidade que preenche a responsabilidade (<i>haftungsausfüllende Kausalität</i>).....	878
5.4.	Dano.....	879
5.4.1.	Danos indenizáveis e não indenizáveis.....	880
5.4.2.	Dano puramente econômico (<i>pure economic loss; reiner oder bloßer Vermögensschaden</i>).....	880
5.4.3.	Espécies de danos indenizáveis.....	881
5.4.3.1.	Dano material: dano emergente e lucros cessantes	881
5.4.3.2.	Dano moral	885
5.4.3.3.	Dano estético	891

5.4.3.4.	Perda de uma chance.....	892
5.4.3.5.	Definição e cabimento.....	893
5.4.3.6.	Crítério para estipulação do que é chance “séria, real e razoável”.....	893
5.4.3.7.	Natureza jurídica: dano autônomo ou um dano material ou moral?.....	893
5.4.3.8.	Origem histórica e principais obras brasileiras.....	894
5.4.3.9.	Arbitramento.....	894
5.4.3.10.	Casuística.....	895
5.4.3.11.	Perda do tempo livre ou lesão ao tempo.....	897
5.4.3.12.	Dano existencial.....	898
5.4.3.13.	Danos transindividuais ou coletivos.....	899
5.4.3.14.	Imposto de Renda e as espécies de danos.....	904
6.	Excludentes da Responsabilidade Civil.....	905
6.1.	Excludentes de ilicitude.....	905
6.2.	Culpa exclusiva da vítima.....	906
6.3.	Caso fortuito e força maior.....	906
6.3.1.	Definição.....	907
6.3.2.	Excludente de responsabilidade subjetiva.....	907
6.3.3.	Excludente de responsabilidade objetiva: fortuito interno e externo.....	907
6.3.4.	Diretrizes para distinguir os fortuitos interno e externo: proporcionalidade, AED e legítima expectativa da vítima.....	907
6.3.5.	Casuística.....	909
6.3.5.1.	Responsabilidade do transportador.....	910
6.3.5.2.	Responsabilidade de posto de gasolina.....	911
6.3.5.3.	Responsabilidade de <i>shopping center</i>	912
6.3.5.4.	Responsabilidade de instituição financeira.....	912
6.3.5.5.	Responsabilidade de transportador de dinheiro..	913
6.3.5.6.	Responsabilidade de empresas por assaltos, sequestros ou outros danos em estacionamento privativo de clientes ou seu interior.....	914
6.3.5.7.	Responsabilidade de empresas de estacionamento por assaltos.....	915
6.3.5.8.	Responsabilidade de empresas que oferece serviço de manobrista.....	915
6.3.5.9.	Tiroteio em via pública entre assaltantes e seguranças contratados por empresas.....	915
7.	Responsabilidade Civil do Estado.....	916
7.1.	Noções gerais.....	916
7.2.	Requisitos e excludentes de responsabilidade.....	916
7.3.	Teoria da dupla garantia: direito de regresso ou ação direta contra agente causador do dano.....	916
7.4.	Responsabilidade por conduta omissa.....	917
7.5.	Responsabilidade civil do Estado por morte de detento.....	917

7.6.	Responsabilidade por ato legislativo e jurisdicional	918
7.6.1.	Noções gerais	918
7.6.2.	Ato legislativo.....	918
7.6.3.	Ato jurisdicional.....	919
7.7.	Serviços notariais e de registro e a responsabilidade civil.....	919
7.7.1.	Noções gerais	919
7.7.2.	Responsabilidade do oficial	919
7.7.3.	Responsabilidade civil do preposto	919
7.7.4.	Capacidade de ser parte: pessoa do oficial, e não cartório	920
7.7.5.	Responsabilidade do Estado por ato do oficial extrajudicial....	920

7.	DIREITO DAS COISAS.....	921
1.	Direito das Coisas	921
1.1.	Noções gerais.....	921
1.2.	Distinção em relação aos Direitos Obrigacionais.....	922
1.3.	Histórico.....	922
1.4.	Direito subjetivo relativo e direito subjetivo absoluto.....	923
1.5.	<i>Ius in personam</i> e <i>Ius in rem</i>	923
1.6.	Bens corpóreos ou incorpóreos	923
1.7.	Direitos reais e figuras afins	923
1.7.1.	Obrigações <i>propter rem</i>	923
1.7.1.1.	Noções gerais.....	923
1.7.1.2.	Caso das dívidas de condomínio e exclusão dos honorários sucumbenciais na pertinente ação de cobrança.....	924
1.7.1.3.	Caso dos tributos reais.....	924
1.7.1.4.	Caso dos direitos de vizinhança	925
1.7.1.5.	Caso do dever de restauração do meio ambiente	925
1.7.2.	Ônus reais	925
1.7.2.1.	Noções gerais.....	925
1.7.2.2.	Significado próprio e impróprio de ônus real	925
1.7.2.3.	Caso da renda constituída sobre móveis e imóveis.....	926
1.8.	Propriedade e domínio	926
1.9.	Abuso de direito no exercício do direito de propriedade.....	926
1.10.	Mudanças no perfil de propriedade: do modelo clássico de propriedade exclusiva para os arranjos da economia do compartilhamento (Era do <i>Spotify</i> , <i>Uber</i> , <i>Time Sharing</i> etc.)	927
2.	Direito Real: Conceitos Gerais	927
2.1.	Introdução	928
2.2.	Teoria realista vs. teoria personalista	928
2.3.	Princípios (características) dos direitos reais	929
2.3.1.	Princípio da taxatividade (<i>numerus clausus</i>) e tipicidade?	929

2.3.1.1.	Noções gerais.....	929
2.3.1.2.	Direitos reais vs. direitos obrigacionais com eficácia real.....	930
2.3.1.3.	Exemplo de utilidade prática no debate: aplicação do art. 108, CC.....	931
2.3.2.	Princípio do absolutismo (oponibilidade <i>erga omnes</i>).....	931
2.3.3.	Princípio da aderência ou da inerência (direito de seqüela)	931
2.3.4.	Princípio da prevalência (<i>prior in tempore, potior in iure</i>)	932
2.4.	Constituição de direitos reais.....	933
2.4.1.	Imóveis.....	934
2.4.1.1.	Regra (princípio da inscrição).....	934
2.4.1.2.	Exceções	934
2.4.1.3.	Questões especiais.....	934
2.4.2.	Móveis.....	936
2.4.2.1.	Regra e exceções.....	936
2.4.2.2.	Questões especiais.....	937
2.4.3.	Registro público e transmissão da propriedade: aprofundamentos.....	937
2.4.3.1.	Transmissão da propriedade: tradição (bens móveis) e registro (bens imóveis)	938
2.4.3.2.	Tabelionato de notas e registro de imóveis: notário e registrador	938
2.4.3.3.	Registro de título ou de direitos (<i>registration of title</i>) e registro de documentos (<i>registration of deeds</i>)	938
2.4.3.4.	Algumas regras do registro imobiliário: legalidade, publicidade, continuidade registral, prioridade e unicidade matricial de título	939
2.4.3.5.	Prestígio ao princípio da concentração na matrícula do imóvel: art. 54, parágrafo único, da Lei nº 13.097/2015	939
2.4.3.6.	Modelo alemão e modelo franco-belga	940
2.4.3.7.	Sistema Torrens: Ulrich Hübbe, o registro imobiliário australiano e o Brasil.....	942
2.4.3.8.	Concentração dos atos registrais e oponibilidade do direito real à propriedade sobre bens móveis e sobre bens imóveis: caso hipotético com aportes do direito romano, do direito comparado e do direito civil brasileiro.....	943
2.4.3.9.	Responsabilidade contratual, por custódia e o comodato.....	943
2.4.3.10.	Aquisição por terceiro de boa-fé	945
2.4.3.11.	<i>Ius in personam</i> e <i>ius in rem</i> à luz do caso hipotético: aportes do direito romano e do direito comparado para entender o direito civil brasileiro.....	946
2.4.3.12.	Interpretação finalística, taxatividade mitigada ou abertura tipológica do rol (taxativo?) dos direitos reais.....	947

2.4.3.13.	Dupla compra e venda (<i>Doppelverkauf</i>) e a questão do adquirente de boa-fé na Áustria e no Brasil: quem fica com o imóvel?	948
2.4.3.14.	Reconhecimento de fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente	949
2.4.3.15.	O maior prestígio ao princípio da concentração dos atos registrais	949
2.4.3.16.	Áustria: princípio da entabulação (<i>Intabulationsprinzip</i>) e princípio da tradição (<i>Traditionsprinzip</i>).....	950
2.4.3.17.	Alemanha e a aquisição por terceiro de boa-fé....	950
2.4.3.18.	A diferença entre os direitos civis alemão e austríaco e o direito romano quanto à proteção da aquisição por terceiro de boa-fé.....	950
2.4.3.19.	Direito civil brasileiro e a aquisição pelo terceiro de boa-fé.....	950
2.4.3.20.	Casos doutrinários e jurisprudenciais	951
2.5.	Princípios (ou atributos) do direito real de propriedade	952
2.5.1.	Princípio da plasticidade ou da elasticidade do direito real de propriedade.....	952
2.5.1.1.	Noções gerais.....	952
2.5.1.2.	Poderes inerentes à propriedade e a plasticidade	952
2.5.1.3.	Classificação da propriedade quanto à plenitude	954
2.5.1.4.	Uma questão de nomenclatura: gravame ou ônus real.....	958
2.5.2.	Princípio da perpetuidade do direito real de propriedade.....	958
2.5.3.	Princípio da exclusividade	959
2.5.3.1.	Noções gerais.....	959
2.5.3.2.	Condomínio de origem romana e germânica: caso do direito das coisas	959
2.5.3.3.	Caso do ITBI sobre frações ideais no caso de partilha de imóveis em caso de divórcio (“permuta de frações ideais?”).....	959
2.5.4.	Propriedade aparente: uma decorrência dos princípios da função social e da boa-fé.....	960
3.	Direito de Vizinhança.....	961
3.1.	Definição e característica.....	961
3.2.	Conceito de vizinho	962
3.3.	Classificação dos direitos de vizinhança quanto à onerosidade	962
3.4.	Uso anormal da propriedade	963
3.4.1.	Cessaçãõ de interferências exorbitantes.....	963
3.4.2.	Ameaça de ruína: ação de dano infecto e exigência de garantia.....	963
3.4.3.	Direito de garantia no caso de uso temporário do imóvel por vizinho	963

3.5.	Árvores limítrofes	964
3.6.	Passagem forçada	964
3.7.	Passagem de cabos e tubulação	965
3.8.	Águas.....	965
3.9.	Delimitação entre os prédios e direito de tapagem.....	965
3.9.1.	Direito de demarcação ou de estrear	965
3.9.2.	Direito de tapagem.....	966
3.9.3.	Direito de construir.....	967
4.	Condomínio	968
4.1.	Espécies de condomínio no direito das coisas	968
4.1.1.	Categorias e a questão da pluralidade de pessoas.....	968
4.2.	Condomínio tradicional.....	969
4.2.1.	Definição e as concepções romana e germânica de condomínio	969
4.2.2.	Silêncio do título aquisitivo de um bem: definição da fração ideal	970
4.2.3.	Legitimação concorrente para proteção da coisa perante terceiros	970
4.2.4.	Uso da coisa comum.....	970
4.2.5.	Direito de preferência no caso de alienação da fração ideal ...	970
4.2.6.	Direito de preferência no caso de locação da coisa comum....	970
4.2.7.	Condomínio <i>pro diviso</i> e <i>pro indiviso</i> e o direito de preferência	971
4.2.7.1.	Noções gerais.....	971
4.2.7.2.	Possibilidade da tomada de empréstimo para exercício do direito de preferência do condômino em coisa indivisível.....	971
4.2.8.	Renúncia liberatória (art. 1.316, CC) e procedimento de registro no caso de imóvel.....	971
4.2.9.	Extinção do condomínio: divisão da coisa comum divisível ou venda da coisa indivisível	973
4.2.10.	Administração do condomínio tradicional e capacidade para ser parte em atos extrajudiciais e judiciais.....	974
4.2.11.	Presunção de administrador e a possibilidade de usucapião ..	974
4.3.	Condomínio necessário, legal ou forçado.....	975
4.4.	Condomínio edilício	975
4.4.1.	Legislação.....	975
4.4.2.	Definição.....	975
4.4.3.	Condomínio edilício horizontal ou vertical	976
4.4.4.	Nascimento do condomínio edilício: instituição vs. constituição do condomínio edilício	977
4.4.4.1.	Instituição	977
4.4.4.2.	Constituição do condomínio edilício	978
4.4.4.3.	Casos especiais.....	979

4.4.5.	Eficácia da convenção condominial para regular relações entre os condôminos	983
4.4.5.1.	Regra geral	983
4.4.5.2.	Falta da natureza propter rem da contribuição condominial na falta de registro da convenção do condomínio	983
4.4.5.3.	Compromisso arbitral em convenção de condomínio	984
4.4.6.	Contribuição (quota) condominial	985
4.4.6.1.	Noções gerais: definição e contribuição ordinária e extraordinária	985
4.4.6.2.	Contribuição vs. convenção: forma para alteração do valor	986
4.4.6.3.	Proporção devida a cada condômino	986
4.4.6.4.	Obrigação de pagar contribuição se unidade está em condomínio tradicional	987
4.4.6.5.	Exigência de situação de adimplência do condômino	988
4.4.7.	Administração do condomínio	989
4.4.7.1.	Noções gerais e papel do síndico	990
4.4.7.2.	Conselho fiscal	990
4.4.7.3.	Benfeitorias	990
4.4.7.4.	Construções (acessões)	990
4.4.7.5.	Assembleias: quorum e convocação	991
4.4.7.6.	Coleta de assinatura posteriormente à assembleia para obtenção de quorum: discussão acerca da dilação do prazo de votação, a situação dos arts. 1.353 e 1.354-A e a “sessão digital contínua”	991
4.4.7.7.	Métodos eletrônicos de reunião e de votação	992
4.4.8.	Punição a condômino inadimplente e ao antissocial	992
4.4.8.1.	Regra geral	992
4.4.8.2.	Procedimento: contraditório	993
4.4.8.3.	Questões especiais	994
4.4.9.	Legitimidade processual do condomínio	994
4.4.9.1.	Regra geral	994
4.4.9.2.	Legitimidade processual do condomínio edilício para defesa de interesses comuns	995
4.4.9.3.	Ilegitimidade para pleitear indenização por dano moral sofrido pelos condôminos	995
4.4.10.	Condomínio edilício em parcela de um imóvel	995
4.4.11.	Condomínio edilício de graus sucessivos	995
4.4.11.1.	Definição e requisitos	995
4.4.11.2.	Casos especiais	996
4.4.12.	Condomínio edilício com vários prédios	997
4.4.12.1.	Definição e conveniência da descentralização de gestão	997

4.4.12.2.	Associação de moradores vs. condomínio edilício	998
4.5.	Condomínio de lotes.....	998
4.5.1.	Cobrança de taxa associativa em loteamentos fechados.....	999
4.6.	Condomínio urbano simples	1000
4.7.	Condomínio em multipropriedade.....	1000
4.7.1.	Importância prática e exemplos de aproveitamento econômico do bem: caso do intercâmbio e do regime de <i>pool</i>	1001
4.7.2.	Definição e o instituto no mundo e no Brasil.....	1001
4.7.3.	Multipropriedade sobre móveis.....	1003
4.7.4.	Multipropriedade sobre imóveis	1003
4.7.4.1.	Legislação aplicável e analogia com condomínio edilício para lacunas legais	1003
4.7.4.2.	Objeto: imóveis rurais e urbanos.....	1004
4.7.4.3.	Nomenclatura: imóvel-base, fração de tempo, unidade periódica e quota de fração de tempo ..	1004
4.7.4.4.	Unidade periódica: um direito real sobre coisa própria.....	1004
4.7.4.5.	Unidade periódica como uma evolução da abstração do conceito de imóvel: a classificação da unidade periódica com a mesma categoria do imóvel-base	1005
4.7.4.6.	A multipropriedade imobiliária como um parcelamento temporal de uma coisa imóvel física.....	1005
4.7.4.7.	Decorências da natureza da unidade periódica como direito real sobre coisa própria: impostos reais, instituição de direitos reais sobre coisa alheia e usucapião	1006
4.7.4.8.	Alienabilidade e instituição de ônus real.....	1007
4.7.4.9.	Penhorabilidade da unidade periódica e o caso da impenhorabilidade do bem de família.....	1008
4.7.4.10.	Irrelevância da pluralidade de pessoas.....	1008
4.7.4.11.	Limite quantitativo de unidades periódicas por pessoa: cabimento, o problema da usucapião das unidades periódicas excedentes e o procedimento no Cartório de Imóveis	1009
4.7.4.12.	Limites temporais a cada unidade periódica: fração mínima de parcelamento temporal e outras restrições	1009
4.7.4.13.	Indivisibilidade da fração temporal da unidade período: descabimento do “desdobro temporal” ..	1010
4.7.4.14.	“Unidade periódica de conservação”: aplicabilidade ou não do período mínimo de 7 dias?	1010
4.7.4.15.	Conveniência de fragmentar o período da unidade periódica de conservação entre os períodos das demais unidades periódicas	1011
4.7.4.16.	A titularidade dos mobiliários do imóvel-base.....	1011

4.7.4.17.	Conservação dos mobiliários do imóvel-base: teoria do risco e o problema da compensação pelo tempo perdido pelo multiproprietário.....	1011
4.7.4.18.	Condomínio multiproprietário enquanto sujeito de direito: consequências práticas e contratação de serviços comuns (luz, telefone etc.).....	1012
4.7.4.19.	Administrador e síndico: atribuições e recomendações na redação da convenção	1013
4.7.4.20.	Assembleias do condomínio multiproprietário	1013
4.7.4.21.	Instituição do condomínio multiproprietário: definição, requisitos, formação do nome do condomínio, forma do instrumento e aspectos de registros públicos	1013
4.7.4.22.	Constituição do condomínio multiproprietário: definição, requisitos e aspectos de registros públicos.....	1014
4.7.4.23.	Punições contra condômino multiproprietário inadimplente e antissocial: limites da multa, constitucionalidade da proibição de fruição e problema da expulsão definitiva	1015
4.7.4.24.	Condomínio multiproprietário em unidade autônoma de condomínio edifício.....	1016
4.7.4.25.	Condomínio multiproprietário em lote de condomínio de lotes ou em unidade de condomínio urbano simples.....	1022
4.8.	Fundo de investimento	1023
4.8.1.	Definição e exemplos	1023
4.8.2.	Legislação e classificação quanto à tipicidade.....	1024
4.8.3.	Responsabilidade limitada ou ilimitada do quotista	1025
4.8.4.	Mudança do regulamento: da responsabilidade ilimitada para a limitada	1025
4.8.5.	Papel da CVM.....	1026
4.8.6.	Constituição do fundo de investimento, o caso do “fundo de fato” e a sua autonomia pessoal, patrimonial, processual e obrigacional do fundo.....	1026
4.8.7.	Natureza jurídica de condomínio especial como sujeito de direito despersonalizado.....	1026
4.8.8.	Os prestadores de serviço ao fundo: administrador, gestor e custodiante.....	1028
4.8.9.	Responsabilidade dos prestadores de serviços do fundo de investimento apenas por dolo ou má-fé nas suas atuações dentro das regras de funcionamento do fundo.....	1028
4.8.10.	Presunção de ciência dos riscos pelo investidor: obstáculos à responsabilização do administrador do fundo de investimento e o entendimento do STJ.....	1029
4.8.11.	Patrimônio de afetação em favor de classes de quotistas.....	1031
4.8.12.	Problemas práticos envolvendo os fundos de investimento	1031

4.8.12.1.	Atos, registros públicos e processos em nome do administrador com base na equivocada interpretação de que os fundos não podiam figurar em contratos	1031
4.8.12.2.	Fundo de Investimento Imobiliário e o caso do patrimônio de afetação	1032
4.8.12.3.	A responsabilidade do administrador no Fundo de Investimento Imobiliário (FII): aparente antinomia entre CC e Lei do FII	1033
4.8.12.4.	Quota como bem móvel: descabimento de ITBI ou de outorga conjugal para alienação	1034
4.8.12.5.	Quota como objeto de alienação, direitos reais sobre coisa alheia, de cessão fiduciária e penhora?	1034
4.8.12.6.	Necessidade de mudanças legislativas para adaptação à realidade contemporânea de desmaterialização da propriedade	1035
4.8.12.7.	Responsabilidade da instituição bancária que recomenda a aquisição de quotas de fundos a seus clientes	1035
4.8.12.8.	Fundo de Investimento em direito creditório: natureza jurídica de instituição financeira, possibilidade de fiança como garantia de cessões de crédito pro solvendo e não sujeição à Lei de Usura.....	1036
5.	Direitos Reais em Espécie	1037
5.1.	Noções gerais: direitos reais sobre coisa própria e sobre coisa alheia.	1037
5.2.	Direito real de propriedade.....	1038
5.2.1.	Noções gerais	1038
5.2.2.	Objeto.....	1038
5.2.3.	Descoberta (antiga “invenção”).....	1039
5.2.4.	Aquisição imobiliária	1040
5.2.4.1.	Noções gerais.....	1040
5.2.4.2.	Transmissão, sucessão causa mortis, usucapião e legitimação fundiária	1040
5.2.4.3.	Acessão sobre imóveis	1041
5.2.5.	Aquisição mobiliária	1043
5.2.5.1.	Tradição, sucessão causa mortis e usucapião	1043
5.2.5.2.	Ocupação, tesouro, especificação e acessão de móvel a móvel (confusão, comistão e adjunção)...	1044
5.2.6.	Extinção.....	1045
5.2.6.1.	Alienação.....	1045
5.2.6.2.	Desapropriação	1045
5.2.6.3.	Perecimento.....	1046
5.2.6.4.	Renúncia e abandono	1046
5.3.	Laje	1049
5.3.1.	Definição, espécies e requisitos.....	1050
5.3.2.	Mesma pessoa como titular da construção-base e das lajes....	1050

5.3.3.	Lajes sucessivas (graus de laje).....	1050
5.3.4.	Dispensa de entrada para as lajes e a aplicação do direito de vizinhança	1051
5.3.5.	Natureza jurídica: direito real sobre coisa própria ou alheia? Questões práticas: tributos reais (IPTU etc.), ônus reais etc.....	1051
5.3.6.	Laje como um “parcelamento vertical” do imóvel: uma forma de maximizar a função social dos imóveis.....	1052
5.3.7.	Observância da legislação urbanística e a qualificação do título pelo cartório de imóveis.....	1052
5.3.8.	Titularidade do solo: ausência de frações ideais.....	1052
5.3.9.	Condomínio necessário sobre partes comuns do edifício: consequências práticas e regras de administração	1052
5.3.10.	Direito de preferência	1053
5.3.10.1.	Motivação e ordem de prioridade no exercício do direito de preferência	1053
5.3.10.2.	Prazo para exercício do direito de preferência.....	1054
5.3.10.3.	Negócios de alienação que atraem o direito de preferência.....	1054
5.3.11.	Penhorabilidade e o direito de preferência.....	1054
5.3.12.	Extinção da laje	1054
5.3.13.	Procedimento no cartório de registro de imóveis.....	1055
5.3.13.1.	Instituição da laje de primeiro grau e alienação a terceiros	1055
5.3.13.2.	Instituição de lajes sucessivas.....	1055
5.3.13.3.	Averbação de edificações na laje	1055
5.4.	Direito real de aquisição.....	1056
5.5.	Direitos reais de gozo	1057
5.5.1.	Noções gerais e o caso da enfiteuse.....	1057
5.5.2.	Enfiteuse, aforamento ou emprazamento	1058
5.5.2.1.	Natureza jurídica e restrições do CC/2002	1058
5.5.2.2.	Partes, modo de instituição e direito de preferência.....	1058
5.5.2.3.	Perpetuidade.....	1059
5.5.2.4.	Encargos a serem pagos pelo enfiteuta: cânon e laudêmio	1059
5.5.2.5.	Pena de comisso.....	1059
5.5.2.6.	Eleição de cabecel.....	1059
5.5.3.	Superfície.....	1060
5.5.3.1.	Legislação	1061
5.5.3.2.	Definição	1061
5.5.3.3.	Instituição	1061
5.5.3.4.	Objeto do direito real de superfície: espaço aéreo e subsolo.....	1061
5.5.3.5.	Cânon superficiário, proibição de “laudêmio superficiário” e alienabilidade da superfície	1062

5.5.3.6.	Direito de preferência no caso de alienação.....	1062
5.5.3.7.	“Direito de sobrelevação” (superfície de segundo grau) vs. laje.....	1062
5.5.3.8.	Apropriação das acessões com a extinção da superfície.....	1062
5.5.3.9.	Prazo para o direito real de superfície.....	1062
5.5.4.	Servidão.....	1063
5.5.4.1.	Definição.....	1063
5.5.4.2.	Constituição e usucapião.....	1063
5.5.4.3.	Características da servidão.....	1064
5.5.4.4.	Benfeitorias necessárias na servidão e a renúncia liberatória.....	1066
5.5.4.5.	Princípio da menor onerosidade da servidão.....	1066
5.5.4.6.	Classificação da servidão.....	1067
5.5.5.	Usufruto.....	1069
5.5.5.1.	Definição.....	1069
5.5.5.2.	Objeto.....	1070
5.5.5.3.	Quase usufruto, usufruto impróprio ou usufruto imperfeito.....	1070
5.5.5.4.	Constituição e o caso dos usufrutos legais.....	1070
5.5.5.5.	Inalienabilidade do usufruto.....	1071
5.5.5.6.	Usufruto deducto ou reservado.....	1073
5.5.5.7.	Usufruto sucessivo e o problema da predestinação da titularidade de direitos sobre a coisa.....	1074
5.5.5.8.	Compra e venda bipartida e efeitos tributários....	1074
5.5.5.9.	Compra e venda bipartida com doação modal de dinheiro e com cláusula de inalienabilidade: aspectos registrares.....	1075
5.5.5.10.	Usufruto para deixar imóvel “no nome do filho”: aspectos tributários, sucessórios e dever de colação.....	1076
5.5.5.11.	Extinção do usufruto e a dispensa de prazo para o “não uso”.....	1077
5.5.6.	Uso.....	1077
5.5.7.	Habitação.....	1078
5.5.8.	CUEM e CDRU.....	1078
5.6.	Direitos reais de garantia.....	1079
5.6.1.	Aspectos gerais sobre as formas de garantias de dívidas.....	1079
5.6.1.1.	Princípio da patrimonialidade, regra <i>prior in tempore, potior in iure</i> , penhora e a importância das garantias.....	1079
5.6.1.2.	Vulnerabilidade das garantias reais diante de créditos trabalhistas e tributários: o “drible” da alienação fiduciária em garantia.....	1080
5.6.1.3.	Formas de garantias do adimplemento de dívida.....	1085

5.6.2.	Requisitos dos Direitos Reais de Garantia.....	1087
5.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	1087
5.6.2.2.	Requisitos subjetivos.....	1088
5.6.2.3.	Requisitos formais.....	1088
5.6.2.4.	Especialização da dívida e o registro no cartório.....	1088
5.6.2.5.	Direitos reais de garantia para dívidas futuras e eventuais.....	1089
5.6.2.6.	Garantia real a <i>non domino</i> : a pós-eficacização com a propriedade superveniente.....	1089
5.6.2.7.	Garantia real por condômino.....	1089
5.6.2.8.	Hipoteca sobre vias férreas.....	1090
5.6.3.	Características dos direitos reais de garantia e regras gerais...	1091
5.6.3.1.	Acessoriedade.....	1091
5.6.3.2.	Indivisibilidade dos direitos reais.....	1091
5.6.3.3.	Vedação ao pacto comissório.....	1092
5.6.3.4.	Controvérsia do “pacto marciano”.....	1093
5.6.3.5.	Direito de prelação do credor com garantia real.....	1094
5.6.3.6.	Remição por sucessores do devedor.....	1094
5.6.3.7.	Subsistência do saldo devedor remanescente.....	1095
5.6.3.8.	Vencimento antecipado da dívida.....	1095
5.6.3.9.	Prefixação do valor do bem objeto de garantia vs. dispensa de avaliação posterior.....	1097
5.6.4.	Espécies de Direitos Reais de Garantia.....	1097
5.6.4.1.	Penhor.....	1097
5.6.4.2.	Hipoteca.....	1105
5.6.4.3.	Anticrese.....	1120
5.7.	Figuras diversas dos direitos reais de garantia.....	1121
5.7.1.	Propriedade fiduciária (fruto de uma alienação fiduciária em garantia).....	1121
5.7.1.1.	Definição.....	1121
5.7.1.2.	A alienação fiduciária em garantia como uma espécie de negócio fiduciário: “fiduciante” vs. “fiduciário”.....	1121
5.7.1.3.	Legislação.....	1122
5.7.1.4.	Quem pode ser credor fiduciário?.....	1122
5.7.1.5.	Modo de constituição.....	1123
5.7.1.6.	Dispensa de escritura pública para alienação fiduciária em garantia sobre imóveis.....	1123
5.7.1.7.	Coisa móvel fungível e títulos de crédito como objeto: o problema do registro de títulos e documentos.....	1123
5.7.1.8.	Resolução da propriedade, consolidação da propriedade e procedimento executivo.....	1124
5.7.1.9.	Saldo devedor remanescente após a execução da garantia fiduciária.....	1129

5.7.1.10.	Responsabilidade pelas obrigações <i>propter rem</i> ...	1130
5.7.1.11.	Alienação fiduciária sobre bens móveis fungíveis	1131
5.7.2.	Caução	1131
5.7.2.1.	Definição e natureza jurídica (direito real ou obrigacional).....	1131
5.7.2.2.	Caução de dinheiro	1132
5.7.2.3.	Caução de imóvel em locação urbana	1135
5.7.2.4.	Caução de direitos aquisitivos sobre imóvel.....	1136
5.7.2.5.	Caução de direito creditório decorrente de contratos preliminares ou definitivos de alienação de imóveis.....	1137
5.7.2.6.	Caução de direitos de crédito, inclusive os hipotecários ou pignoratícios.....	1137
5.7.3.	Cessão fiduciária de direitos	1137
5.7.3.1.	Definição, cabimento e registro.....	1137
5.7.3.2.	Penhora nos casos de cessão fiduciária de direitos e de quotas de fundos de investimento.....	1138
5.7.3.3.	Operacionalização da garantia e sua execução judicial e extrajudicial da garantia fiduciária: caso de crédito pecuniário e das instituições financeiras..	1139
5.7.3.4.	Cessão fiduciária de créditos hipotecários	1140
5.7.3.5.	Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento e a locação urbana	1140
5.7.3.6.	Cessão fiduciária vs. caução: direitos creditórios ou aquisitivos relativos a negócios imobiliários....	1140
5.7.3.7.	Cessão fiduciária em direitos do agronegócio.....	1142
5.7.4.	Patrimônio de afetação, patrimônio separado ou patrimonial especial.....	1142
5.7.4.1.	Definição e natureza jurídica.....	1142
5.7.4.2.	Utilidade e hipóteses legais.....	1143
5.7.4.3.	Regime fiduciário.....	1144
5.7.4.4.	<i>Escrow account</i> vs. patrimônio de afetação vs. penhora: o exemplo dos contratos administrativos de serviços de mãos de obra terceirizadas.....	1145
6.	Ocupações: posse, detenção e tença	1146
6.1.	Noções gerais.....	1146
6.2.	Posse e quase posse.....	1147
6.2.1.	Definição	1147
6.2.2.	Repercussões práticas e usucapião de direitos reais menores: exemplo da usucapião de hipoteca.....	1147
6.3.	Titularidades de direitos	1148
6.3.1.	Os objetos: obrigação, direitos da personalidade, direito real, posse e detenção.....	1148
6.3.2.	Questões práticas	1148
6.3.2.1.	Inventário de posse de qualquer bem e detenção de imóvel público	1148

6.3.2.2.	Suspensão do inventário para prévia averbação de construções erguidas no imóvel	1149
6.3.2.3.	Transferência da posse como benefício patrimonial para caracterização de crimes envolvendo corrupção de agentes públicos	1149
6.4.	Teorias da posse	1150
6.4.1.	Teoria subjetiva.....	1150
6.4.2.	Teoria objetiva.....	1150
6.4.3.	Teorias sociológicas ou teorias sociais.....	1151
6.4.4.	Caso brasileiro: teoria objetiva em regra e híbrida para usucapião.....	1151
6.4.5.	Repercussão prática: posse e usucapião por incapaz? Aquisição da posse como um ato-fato jurídico. Comparação com direito português.....	1152
6.4.6.	Direito comparado: a teoria da posse em Portugal.....	1153
6.5.	Casos de detenção	1154
6.5.1.	Fâmulo da posse (art. 1.198, CC).....	1154
6.5.2.	Casos do art. 1.208.....	1154
6.5.2.1.	Mera tolerância ou mera permissão.....	1154
6.5.2.2.	Violência enquanto durar	1155
6.5.2.3.	Clandestinidade enquanto durar	1155
6.5.3.	Coisas inapropriáveis	1155
6.6.	Ato precário: controvérsias e problema da usucapião.....	1156
6.7.	Ocupantes irregulares de bens públicos	1158
6.7.1.	Natureza jurídica: posse ou detenção?	1158
6.7.2.	Situação das empresas estatais “especiais” (que prestam serviço público relevante).....	1159
6.8.	Posse pelo ente público sobre os seus bens	1159
6.8.1.	Presunção absoluta de posse em favor do ente público	1159
6.8.2.	Situação das empresas estatais “especiais” (que prestam serviço público relevante).....	1159
6.9.	Usucapião de direitos reais diversos da propriedade sobre bens públicos: possibilidade e a posição do STJ sobre a enfiteuse.....	1160
6.9.1.	Foro e laudêmio na enfiteuse	1160
6.9.2.	Usucapião sobre qualquer direito real e prazo aplicável.....	1161
6.9.3.	Abolição da enfiteuse civil pelo CC/2002 e ultratividade do CC/1916.....	1161
6.9.4.	Usucapião de enfiteuse sobre bem público: possibilidade, conforme STJ	1162
6.10.	Usucapião de bens públicos e situação das empresas estatais.....	1162
6.11.	Posse sobre bens incorpóreos: usucapião e interditos possessórios? ..	1163
6.12.	Composse, posse comum ou compossessão	1164
6.12.1.	Noções gerais	1164
6.12.1.1.	Espécies: composse pro diviso e pro indiviso.....	1164
6.12.1.2.	Composse edilícia.....	1166

6.13.	Classificação da posse	1170
6.13.1.	Posse de boa-fé e de má-fé	1170
6.13.1.1.	Definição	1170
6.13.1.2.	Natureza referencial da classificação.....	1171
6.13.1.3.	Presunção de boa-fé com justo título	1171
6.13.1.4.	Posse em áreas com restrições urbanísticas ou ambientais.....	1171
6.13.1.5.	Casos de cessões de posse em loteamentos irregulares.....	1171
6.13.2.	Posse com ou sem justo título	1172
6.13.3.	Posse justa e injusta	1174
6.13.4.	Rol exemplificativo do art. 1.200 do CC, e importância e relatividade da classificação	1174
6.13.4.1.	Conexão com art. 1.208 do CC.....	1174
6.13.5.	Posse plena e menos plena (direta ou indireta): o desmembramento da posse.....	1174
6.13.5.1.	Definição	1175
6.13.5.2.	Atuação em nome e no interesse de quem? Posse direta vs. detenção.....	1175
6.13.5.3.	Desmembramento sucessivo da posse.....	1176
6.13.6.	Posse velha ou nova vs. ação de força nova e de força velha.	1176
6.14.	Inversão (intersversão) da posse e a presunção de continuidade dos caracteres da posse	1177
6.14.1.	Noções gerais	1178
6.14.2.	Intersversão da posse ou detenção precária: (in)admissibilidade	1178
6.15.	Aquisição da posse.....	1178
6.15.1.	Aquisição direta ou indireta.....	1178
6.15.2.	Aquisição originária (posse originária) e aquisição derivada (posse derivada)	1179
6.15.3.	Presunção relativas de posse sobre o mobiliário.....	1179
6.16.	Transmissão da posse	1179
6.16.1.	Espécies de tradição.....	1179
6.16.1.1.	Tradição real	1179
6.16.1.2.	Tradição ficta ou simbólica	1180
6.16.2.	Somatório do tempo de posse.....	1185
6.16.2.1.	Noções gerais e importância (ex.: usucapião)	1185
6.16.2.2.	Acessio possessionis (sucessão a título singular ou particular).....	1185
6.16.2.3.	Sucessio possessionis (sucessão a título universal).....	1186
6.16.2.4.	O caso do legado e da herança: somatório obrigatório da posse.....	1186
6.16.2.5.	Reflexos na contagem do prazo de usucapião	1187

6.16.2.6.	Reflexo no direito à indenização por benfeitorias	1187
6.16.3.	Efeitos jurídicos da posse: aprofundamento em ações possessórias, usucapião, indenização, frutos etc.....	1188
6.16.3.1.	Noções gerais.....	1188
6.16.3.2.	Proteção interdital.....	1188
6.16.3.3.	Frutos.....	1196
6.16.3.4.	Produtos.....	1197
6.16.3.5.	Benfeitorias	1198
6.16.3.6.	Resumo da responsabilidade civil do possuidor de má-fé.....	1198
6.16.3.7.	Acessões artificiais.....	1198
6.16.3.8.	Indenização por danos.....	1199
6.16.3.9.	Desapropriação judicial privada (art. 1.228, §§ 4º e 5º, CC).....	1199
6.16.3.10.	Usucapião: definição, direito comparado e aprofundamento teórico e prático.....	1203
7.	Parcelamento do Solo: noções gerais	1221
7.1.	Noções gerais	1221
7.2.	Área rural	1221
7.3.	Área urbana.....	1221
8.	Noções Gerais de Incorporação Imobiliária	1222
9.	Noções de Registro de Imóveis	1223
10.	Noções de Ocupações Irregulares e a Regularização Fundiária.....	1224
11.	Programas Habitacionais do Governo	1224
8.	DIREITO DE FAMÍLIA.....	1227
1.	Introdução.....	1227
2.	Modelos de família	1228
2.1.	Princípios de direito de família.....	1228
2.1.1.	Princípio da solidariedade familiar	1228
2.1.2.	Princípio da monogamia	1228
2.1.3.	Princípio da diversidade familiar ou da pluralidade de entidades familiares	1229
2.1.4.	Princípio da igualdade da filiação	1229
2.1.5.	Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente	1229
2.1.6.	Princípio da proteção integral da criança e do adolescente....	1230
2.1.7.	Princípio da parentalidade responsável.....	1230
2.1.8.	Princípio da proteção integral da pessoa idosa	1230
2.1.9.	Princípio da proteção dos vulneráveis.....	1231
2.1.10.	Princípio da proteção do jovem.....	1231
2.1.11.	Princípio da afetividade	1231
2.1.12.	Princípio da convivência familiar	1231
2.1.13.	Princípio da prioridade relativa da família natural.....	1232

2.2.	Família eudemonista	1233
2.2.1.	Felicidade e afeto no Direito de Família	1233
2.2.2.	Desdobramentos	1233
2.2.2.1.	Família homoafetiva	1234
2.2.2.2.	Controvérsias sobre o concubinato	1234
2.2.2.3.	Multiparentalidade	1238
2.2.2.4.	Filiação socioafetiva	1241
2.2.2.5.	Família virtual (<i>iFamily</i>)	1249
2.3.	Espécies de entidades familiares	1250
2.3.1.	Família matrimonial	1250
2.3.2.	Família informal	1250
2.3.3.	Família monoparental	1251
2.3.4.	Família anaparental	1251
2.3.5.	Família pluriparental, recomposta, reconstituída ou mosaico ...	1251
2.3.5.1.	Definição	1251
2.3.5.2.	Prevalência relativa dos pais sobre os padrastos e madrastas	1252
2.3.5.3.	Casos especiais	1252
2.3.6.	Família de criação	1255
2.3.6.1.	Definição	1255
2.3.6.2.	Consequências práticas	1255
2.3.7.	Família coparental ou a coparentalidade	1255
2.3.7.1.	Definição	1255
2.3.7.2.	Adoção de menores como forma de alcançar coparentalidade?	1256
2.3.7.3.	Coparentalidade com multiparentalidade?	1256
2.3.7.4.	Contrato de coparentalidade: validade ou eficá- cia?	1256
3.	União Estável	1257
3.1.	Histórico	1258
3.2.	Definição e distinção em relação ao concubinato	1258
3.3.	Casamento vs. união estável vs. concubinato	1258
3.4.	Requisitos da união estável	1259
3.4.1.	Duas (?) pessoas	1259
3.4.2.	Convivência <i>more uxorio</i> pública, contínua e duradoura	1259
3.4.2.1.	Definição	1259
3.4.2.2.	Dispensa de coabitação	1259
3.4.2.3.	Existência de tempo mínimo?	1260
3.4.2.4.	Aprofundamento: prática e prova da união está- vel	1260
3.4.3.	Objetivo de constituir família	1261
3.4.3.1.	Definição	1261
3.4.4.	Distinção diante do noivado	1261
3.4.5.	Distinção diante do namoro qualificado	1261

3.5.	Modo de constituição e dissolução	1262
3.5.1.	Presença dos requisitos fáticos	1262
3.5.2.	Contrato de namoro: nulidade, mas é meio de prova	1262
3.5.3.	Judicialização, escritura pública, instrumento particular, RTD, RCPN?	1263
3.6.	Conversão em casamento.....	1264
3.6.1.	Procedimento judicial e extrajudicial?	1264
3.7.	Regime de bens na união estável.....	1265
3.8.	Equiparação absoluta ou relativa à família matrimonial?.....	1265
3.8.1.	Casos de equiparação	1265
3.8.1.1.	Regime da separação legal e causa suspensiva....	1265
3.8.1.2.	Presunção de paternidade.....	1265
3.8.1.3.	Vocação de ordem hereditária.....	1266
3.8.1.4.	Direito real de habitação	1266
3.8.1.5.	Vênia convivencial e regras processuais nas demandas que versem sobre direito real imobiliário	1266
3.8.1.6.	Condição de herdeiro necessário?	1268
4.	Casamento	1268
4.1.	Natureza jurídica.....	1268
4.2.	Natureza jurídica do ato de casar e do pacto antenupcial na classificação dos fatos jurídicos: teoria dos atos de fala e enunciado performativo	1268
4.3.	Capacidade para casamento.....	1269
4.3.1.	Regras gerais.....	1270
4.3.2.	Questões controversas.....	1270
4.3.2.1.	Consequência do casamento infantil: anulabilidade	1270
4.3.2.2.	União estável por menor de 16 anos	1271
4.3.2.3.	Emancipação no caso de invalidação de casamento de menor	1271
4.4.	Procedimento para casamento.....	1271
4.4.1.	Habilitação	1272
4.4.1.1.	Documentação	1272
4.4.1.2.	Proclamas e impugnações.....	1273
4.4.1.3.	Certificado de habilitação.....	1274
4.4.2.	Celebração	1274
4.4.3.	Registro	1274
4.4.4.	Espécies de casamento quanto à celebração	1274
4.4.4.1.	Casamento civil	1274
4.4.4.2.	Casamento religioso com efeitos civis	1275
4.4.5.	Direito comparado	1275
4.4.5.1.	Casamento islâmico na Inglaterra e caso brasileiro	1275
4.5.	Prova do casamento	1276

4.5.1.	Impossibilidade de comprovação da realização do casamento.....	1277
4.5.2.	Casamento de brasileiro no exterior	1277
4.6.	Efeitos do casamento.....	1278
4.6.1.	Efeitos pessoais.....	1278
4.6.2.	Efeitos sociais.....	1279
4.6.3.	Efeitos patrimoniais.....	1279
4.7.	Caracteres do casamento.....	1279
4.8.	Pressupostos matrimoniais (plano da existência).....	1279
4.8.1.	Definição, hipóteses e aprofundamento para o caso de incompetência da autoridade celebrante	1279
4.8.2.	Aplicação analógica da figura do casamento putativo	1281
4.8.3.	Viabilidade da caracterização de união estável	1281
4.9.	Impedimentos matrimoniais.....	1281
4.9.1.	Hipóteses.....	1282
4.10.	Questões especiais	1283
4.10.1.	Casamento avuncular (com tios).....	1283
4.10.2.	Casamento avuncular e o caso do jogador de futebol Hulk: casamento com sobrinha da ex-esposa é vedado?	1283
4.10.3.	Casamento com filho adotivo de ex-cônjuge: caso do diretor de cinema Woody Allen.....	1283
4.11.	Causas suspensivas.....	1284
4.12.	Invalidade do matrimônio	1285
4.12.1.	Considerações gerais do regime de invalidade matrimonial....	1285
4.12.2.	Tutela de boa-fé no regime de invalidade.....	1286
4.12.3.	Conversão substancial do casamento inválido em união estável?	1286
4.12.4.	Nulidade	1286
4.12.5.	Anulabilidade	1287
	4.12.5.1. Hipóteses	1288
	4.12.5.2. Decadência.....	1288
4.12.6.	Caso do casamento de pessoas com deficiência mental ou intelectual	1289
4.13.	Espécies de casamento	1290
4.13.1.	Casamento inexistente	1291
4.13.2.	Casamento nulo	1291
4.13.3.	Casamento anulável.....	1291
4.13.4.	Casamento putativo.....	1291
4.13.5.	Procedimentos simplificados de casamento (exceções ao procedimento comum).....	1291
	4.13.5.1. Casamento no caso de moléstia grave.....	1291
	4.13.5.2. Casamento nuncupativo, <i>in extremis</i> ou <i>in articulo mortis</i>	1292
4.13.6.	Casamento por procuração	1292
4.14.	Extinção do casamento.....	1292

4.14.1.	Considerações gerais.....	1293
4.14.2.	Subsistência da separação como uma faculdade.....	1293
4.14.3.	Separação de fato.....	1294
4.14.3.1.	Regras gerais.....	1294
4.14.3.2.	Aprofundamento: prática e prova.....	1294
4.14.4.	Separação judicial ou extrajudicial.....	1295
4.14.5.	Divórcio.....	1295
4.14.6.	Resquício da relevância da culpa no direito de família.....	1295
4.15.	Alteração de nome dos cônjuges e dos filhos em razão do casamento e de sua extinção.....	1295
4.15.1.	Direito de acrescer o sobrenome do cônjuge.....	1295
4.15.2.	Direito ao retorno ao nome de solteiro no caso de fim do casamento.....	1296
4.15.3.	Atualização, no assento de nascimento do filho, do novo nome do genitor em razão do casamento ou do fim deste.....	1296
4.15.4.	Mudança do nome do filho para portar o sobrenome de ambos os pais.....	1297
4.16.	Pacto antenupcial.....	1297
5.	Regime de Bens.....	1298
5.1.	Considerações gerais.....	1298
5.2.	Regime legal no casamento e na união estável.....	1298
5.3.	Mudança do regime de bens.....	1299
5.3.1.	Princípio da imutabilidade relativa do regime de bens.....	1299
5.3.1.1.	Casamento.....	1299
5.3.1.2.	União estável.....	1299
5.3.1.3.	Desnecessidade da apresentação pormenorizada do acervo patrimonial para alteração do regime de bens.....	1299
5.3.2.	Irretroatividade da mudança do regime de bens.....	1300
5.3.2.1.	Casamento.....	1300
5.3.2.2.	União estável.....	1300
5.4.	Regime da comunhão universal.....	1300
5.4.1.	Definição.....	1300
5.4.2.	Casos especiais.....	1301
5.4.2.1.	Valores de FGTS depositados.....	1301
5.4.2.2.	Indenização ou pensão mensal decorrente de seguro por invalidez.....	1301
5.4.2.3.	Valores recebidos em razão de seguro de vida ...	1301
5.4.2.4.	Casos especiais envolvendo regime da comunhão parcial de bens.....	1301
5.5.	Regime da comunhão parcial.....	1302
5.5.1.	Casos especiais.....	1303
5.5.1.1.	Direito a salários futuros.....	1303
5.5.1.2.	Valores de FGTS.....	1303

5.5.1.3.	Verbas trabalhistas recebidas após o fim do casamento.....	1303
5.5.1.4.	Prêmio de loteria.....	1303
5.5.1.5.	Seguro por invalidez em razão de acidente de trabalho.....	1303
5.5.1.6.	Proventos de aposentadoria pública (pelo INSS) devidos na constância do casamento, mas pagas posteriormente em razão de ação judicial.....	1304
5.5.1.7.	Saldo de previdência complementar fechada e aberta.....	1304
5.5.1.8.	Comunicabilidade das dívidas.....	1304
5.6.	Regime da separação convencional, voluntária, absoluta ou total.....	1304
5.7.	Regime da separação legal, obrigatória ou cogente.....	1305
5.7.1.	Nomenclatura.....	1305
5.7.2.	Cabimento.....	1305
5.7.3.	Separação legal e separação convencional.....	1305
5.7.4.	Comunicação de bens.....	1306
5.7.5.	A diferença entre aquestos e bens comuns: conceitos absolutos (ou invariáveis) e relativos (ou variáveis).....	1307
5.7.6.	Possibilidade de pacto antenupcial.....	1308
5.7.7.	Extensão para a união estável.....	1309
5.8.	Regime da participação final nos aquestos.....	1309
5.8.1.	Definição.....	1309
5.8.2.	Penhora de bens do cônjuge por dívidas do outro.....	1309
5.8.3.	Penhora do direito à futura meação.....	1309
5.9.	Regimes misto, híbridos ou atípicos.....	1309
5.9.1.	Regime de bens típicos e atípicos.....	1309
5.9.2.	Parâmetros para os regimes atípicos.....	1310
5.9.2.1.	Inteligibilidade e a operacionalidade.....	1310
5.9.2.2.	Indivisibilidade do regime de bens.....	1310
5.9.3.	Questões especiais.....	1310
5.9.3.1.	Exemplos de regimes atípicos.....	1310
5.9.4.	Regime progressivo.....	1311
5.9.4.1.	Necessidade de aproximação do regime atípico a algum típico para efeitos além da comunicação (como efeitos sucessórios).....	1311
5.9.5.	Renúncia sucessória antecipada.....	1312
5.10.	Vênia conjugal (outorga conjugal).....	1313
5.10.1.	Fundamentos e hipóteses.....	1313
5.10.2.	Exceções à exigência de outorga conjugal.....	1314
5.10.3.	Extensão para a união estável (vênia convivencial).....	1314
5.10.4.	Casos sensíveis.....	1314
5.10.4.1.	Má-fé do cônjuge autor do ato.....	1314
5.11.	Questões especiais.....	1314

5.11.1.	Partilha de bens em razão do fim do casamento ou da sociedade conjugal.....	1314
5.11.1.1.	Regra geral e meios	1314
5.11.1.2.	Caso do excesso de meação: cobrança de ITCD... ..	1315
5.11.1.3.	Excesso de meação e o caso da base de cálculo de imóvel alienado fiduciariamente (bem financiado).....	1315
5.11.1.4.	Ausência de ITBI no caso de atribuição de imóvel a apenas um cônjuge	1316
5.11.2.	Casamento anterior ao Código Civil de 2002: outorga conjugal e mudança de regime de bens	1316
5.11.3.	Penhora de bens comuns e particulares por dívidas de apenas um dos cônjuges	1316
5.11.3.1.	Orientação jurisprudencial.....	1316
5.11.3.2.	Meação de todo o patrimônio comum líquido ou de cada bem?	1317
5.11.3.3.	Reflexo em futura partilha decorrente da dissolução da sociedade conjugal: reserva da meação de um cônjuge sobre bens comuns penhorados por dívidas exclusivamente pessoais do outro	1318
5.11.3.4.	Extensão para união estável.....	1318
6.	Relações de Parentesco	1319
6.1.	Limites conceituais	1319
6.1.1.	Parentes vs. cônjuge e companheiros.....	1320
6.1.2.	Parentesco quanto à origem.....	1320
6.1.2.1.	Parentesco natural	1320
6.1.2.2.	Parentesco civil.....	1320
6.1.3.	Parentesco quanto ao grau e à linha.....	1320
6.1.4.	Parentesco por afinidade.....	1320
6.1.4.1.	Definição	1320
6.1.4.2.	Utilidade	1321
6.2.	Filiação.....	1321
6.2.1.	Paternidade vs. maternidade	1321
6.2.2.	Paternidade	1321
6.2.2.1.	Paternidade presumida (presunção de paternidade).....	1322
6.2.3.	Paternidade reconhecida	1326
6.2.3.1.	Paternidade reconhecida voluntariamente	1326
6.2.3.2.	Paternidade reconhecida judicialmente	1326
6.2.3.3.	Investigação oficiosa da paternidade	1326
6.2.4.	Reprodução assistida e gestação por substituição.....	1329
6.2.4.1.	Definição e espécies.....	1329
6.2.4.2.	Registro da filiação independentemente de ordem judicial.....	1329
6.2.4.3.	Reprodução assistida <i>post mortem</i>	1329

7.	Família natural, extensa e substituta	1330
7.1.	Classificação da família quanto à natureza.....	1330
7.2.	Família Natural.....	1330
7.2.1.	Definição.....	1330
7.2.2.	Família natural de segundo grau.....	1330
7.2.3.	Situação da filiação socioafetiva.....	1331
7.2.4.	Utilidade da classificação.....	1331
7.3.	Família extensa ou ampliada.....	1331
7.3.1.	Definição.....	1331
7.3.2.	Utilidade prática.....	1332
7.3.3.	Terceiros como padrinhos (“dindos”), madrinhas (“dindas”) etc.....	1332
7.4.	Família substituta	1332
7.4.1.	Guarda.....	1332
7.4.2.	Tutela	1332
7.4.3.	Adoção	1333
7.4.3.1.	Adoção socioafetiva (filiação socioafetiva)	1333
7.4.3.2.	Adoção civil (<i>stricto sensu</i>).....	1333
8.	Institutos de Amparo à Pessoa Vulnerável	1339
8.1.	Considerações gerais.....	1339
8.2.	Institutos de amparo à criança e ao adolescente	1340
8.2.1.	Poder familiar	1340
8.2.1.1.	Limites conceituais.....	1340
8.2.1.2.	Constituição	1340
8.2.1.3.	Suspensão	1340
8.2.1.4.	Extinção	1340
8.2.1.5.	Guarda parental (guarda pelos pais).....	1340
8.2.1.6.	Gestão patrimonial	1343
8.2.2.	Tutela	1347
8.2.2.1.	Noções gerais.....	1348
8.2.2.2.	Espécies de tutela	1348
8.2.2.3.	Escolha do tutor: ordem preferencial?	1348
8.2.2.4.	Gestão existencial.....	1348
8.2.2.5.	Dever de alimentos do tutor.....	1348
8.2.2.6.	Gestão patrimonial	1349
8.2.2.7.	Situação do tutor com vínculo socioafetivo: aplicação das regras de poder familiar	1351
8.2.3.	Guarda por terceiros (não pais) ou guarda estatutária	1351
8.2.3.1.	Noções gerais.....	1351
8.2.3.2.	Distinção em relação à guarda dos pais (guarda parental)?	1351
8.2.3.3.	Efeitos jurídicos	1352
8.2.3.4.	Estabilização da guarda	1352
8.2.3.5.	Guarda temporária.....	1352

8.3.	Institutos de amparo às pessoas vulneráveis maiores	1352
8.3.1.	Considerações gerais	1352
8.3.2.	Curatela	1353
8.3.3.	Tomada de decisão apoiada	1354
9.	Alimentos	1354
9.1.	Limites conceituais	1354
9.2.	Classificação quanto à origem	1356
9.2.1.	Alimentos legítimos ou familiares	1356
9.2.2.	Alimentos indenizativos	1356
9.2.3.	Alimentos convencionais	1356
9.2.4.	Questões importantes decorrentes da classificação	1356
9.2.4.1.	Utilidade da classificação: impenhorabilidade e prisão civil	1356
9.2.4.2.	Outras verbas de natureza alimentar	1357
9.2.4.3.	Terminologia: pensão vs. alimentos	1358
9.3.	Titulares do direito aos alimentos legítimos	1359
9.3.1.	Filhos menores	1359
9.3.2.	Filho maior incapaz	1360
9.3.3.	Netos ou outros descendentes de maior grau	1360
9.3.4.	Ascendentes e irmãos	1360
9.3.5.	Ex-cônjuges ou ex-companheiros: regra da transitoriedade dos alimentos	1360
9.3.6.	Questões polêmicas	1361
9.3.6.1.	Nascituro em relação ao suposto pai e a outros parentes (alimentos gravídicos)	1361
9.3.6.2.	Colaterais de 3º ou 4º grau	1361
9.3.6.3.	Parentes por afinidade	1362
9.3.6.4.	Enteados	1362
9.3.6.5.	Filho menores em relação a pais destituídos ou suspensos dos poderes familiares	1362
9.3.6.6.	Menor sujeito a guarda ou tutela	1362
9.4.	Classificação dos alimentos legítimos quanto à natureza	1363
9.4.1.	Alimentos civis ou cômugros	1364
9.4.1.1.	Definição	1364
9.4.1.2.	Arbitramento dos alimentos cômugros	1364
9.4.1.3.	Questões especiais	1365
9.4.2.	Alimentos naturais, necessários ou indispensáveis	1368
9.4.2.1.	Definição e arbitramento	1368
9.4.2.2.	Hipóteses de cabimento	1368
9.4.2.3.	Constitucionalidade e vigência dos dispositivos que tratam de alimentos necessários	1369
9.4.2.4.	Tendência de os alimentos serem transitórios	1371
9.4.3.	Alimentos compensatórios ou prestação compensatória	1371
9.4.3.1.	Fundamento e definição	1371

9.4.3.2.	Alimentos compensatórios ou prestação compensatória?	1372
9.4.3.3.	Cumulatividade com outros alimentos	1372
9.4.3.4.	Cabimento	1372
9.4.3.5.	Quantificação	1372
9.4.3.6.	Natureza jurídica indenizatória e consequências práticas (descabimento de prisão civil e outras) ..	1374
9.4.3.7.	Casos do regime da separação convencional e a discussão da renúncia antecipada aos alimentos compensatórios	1374
9.4.4.	Renda líquida dos bens comuns (alimentos ressarcitórios).....	1375
9.4.4.1.	Definição e fundamento.....	1375
9.4.4.2.	Natureza jurídica como pretensão restitutória	1375
9.4.4.3.	Irrelevância do regime de bens	1376
9.4.4.4.	Regime jurídico diverso	1376
9.4.4.5.	Repetibilidade	1376
9.5.	Características do direito a alimentos	1377
9.5.1.	Personalíssimo.....	1377
9.5.2.	Incessível.....	1377
9.5.2.1.	Definição	1377
9.5.2.2.	Caso da cessão da pensão alimentícia já vencida e do gestor de negócios: cabimento e prisão civil..	1377
9.5.3.	Imprescritível	1378
9.5.4.	Impenhorável.....	1378
9.5.5.	Incompensável	1378
9.5.5.1.	Definição	1378
9.5.5.2.	Flexibilização à incompensabilidade dos alimentos	1379
9.5.6.	Irrenunciável e intransacionável	1379
9.5.6.1.	Noções gerais.....	1379
9.5.6.2.	Casos especiais.....	1379
9.5.7.	Atual	1381
9.5.8.	Irrepetível	1382
9.5.8.1.	Fundamentos.....	1382
9.5.8.2.	Questões especiais.....	1382
9.6.	Características da obrigação (dever?) alimentar.....	1390
9.6.1.	Transmissibilidade.....	1391
9.6.1.1.	Noções gerais.....	1391
9.6.1.2.	Espólio como obrigado?	1391
9.6.2.	Divisibilidade.....	1392
9.6.2.1.	Regra geral	1392
9.6.2.2.	Exceção: caso da pessoa idosa como alimentado	1392
9.6.3.	Condicionalidade	1394
9.6.3.1.	Sujeição ao binômio necessidade-possibilidade..	1394

9.6.3.2.	Natureza jurídica da coisa julgada.....	1394
9.6.3.3.	Condicionalidade vs. mutabilidade.....	1395
9.6.4.	Reciprocidade.....	1395
9.6.5.	Sucessividade (= subsidiariedade) e complementariedade.....	1395
9.6.5.1.	Definição.....	1395
9.6.5.2.	Caso dos alimentos pelos avós.....	1396
9.6.5.3.	Prisão civil dos avós por inadimplemento de alimentos.....	1396
9.6.6.	Questões processuais.....	1396
9.6.6.1.	Classificação dos alimentos quanto ao aspecto processual.....	1396
9.6.6.2.	Questões especiais.....	1399
9.7.	Extinção dos alimentos.....	1400
9.7.1.	Procedimento: extinção automática ou não?.....	1400
9.7.2.	Hipóteses.....	1400
9.7.2.1.	Cessaçao da necessidade.....	1400
9.7.2.2.	Advento do termo ou condiçao.....	1401
9.7.2.3.	Uniao more uxorio do alimentado.....	1401
9.	DIREITO DAS SUCESSOES.....	1403
1.	Noções Gerais.....	1403
1.1.	Definição de direito das sucessões.....	1403
1.2.	Sucessão legítima e sucessão testamentária: noções preliminares e reflexões do direito romano.....	1404
1.3.	Codicilo e testamento: noções preliminares.....	1404
1.4.	Autor de herança, abertura da sucessão, delação e adição.....	1405
1.4.1.	Autor de herança ou falecido e a inadequação da expressão latina “de cuius”.....	1405
1.4.2.	Abertura da sucessão, delação e adição.....	1406
1.5.	Sucessor a título universal (herdeiro) e sucessor a título singular (legatário).....	1406
1.6.	Saisine e a indivisibilidade da herança.....	1407
1.6.1.	Regra geral e nomenclaturas (espólio, herança, monte-mor, acervo, premorto e comoriência).....	1408
1.6.2.	Direito de saisine e seus 4 efeitos.....	1409
1.6.2.1.	Transmissão automática da propriedade e da posse aos herdeiros.....	1410
1.6.2.2.	Fixação da norma sucessória.....	1411
1.6.2.3.	Determinação do local da sucessão.....	1412
1.6.2.4.	Estabelecimento da capacidade sucessória.....	1412
1.6.3.	Diferença entre universalidade de fato e de direito: o patrimônio do falecido como exemplo.....	1413
1.6.4.	Indivisibilidade da herança e efeitos.....	1413
1.6.4.1.	Indivisibilidade da herança por força de lei.....	1413

1.6.4.2.	Proibição de alienação de bem singularmente considerado e suprimento judicial da vontade do herdeiro que se opõe injustificadamente.....	1413
1.6.4.3.	Universalidade patrimonial: espólio e montemor.....	1413
1.6.5.	Situação do legado e dos frutos.....	1414
1.6.6.	Caso do legado: há duas transmissões de propriedade? Caberia dois ITCDs?	1415
1.6.7.	Questões especiais.....	1416
1.6.7.1.	Momento para definição da alíquota e do valor de avaliação dos bens para efeito de ITCD.....	1416
1.7.	Aspectos de direito internacional privado no direito das sucessões: regras de conflitos aparentes de normas em situações internacionais	1416
1.7.1.	Autoridade competente para julgar matéria sucessória.....	1417
1.7.2.	Competência interna para julgar o inventário.....	1417
1.7.3.	Ordenamento jurídico aplicável.....	1418
1.8.	Aceitação e renúncia da herança.....	1419
1.8.1.	Noções gerais.....	1419
1.8.2.	Aceitação e renúncia como atos jurídicos <i>stricto sensu</i> : o “se” (<i>ob</i>) e o “como” (<i>wie</i>) da doutrina alemã.....	1420
1.8.3.	Não aceitação da herança como condição resolutiva: semelhanças e diferenças.....	1420
1.8.4.	Renúncia à herança e forma solene: instrumento público ou termo judicial.....	1420
1.8.5.	Irrevogabilidade da renúncia e proibição da renúncia sob condição ou a termo.....	1420
1.8.6.	Utilidade prática da renúncia à herança.....	1421
1.8.7.	Anulação da renúncia.....	1421
1.8.8.	Efeitos da renúncia.....	1422
1.8.9.	Espécies de renúncia.....	1423
1.8.9.1.	Renúncia abdicativa.....	1423
1.8.9.2.	Renúncia translativa, <i>in favorem</i> ou translaticia (cessão de direito hereditário).....	1423
1.8.10.	Forma de aceitação.....	1424
1.8.10.1.	Aceitação expressa.....	1424
1.8.10.2.	Aceitação tácita.....	1424
1.8.10.3.	Aceitação pelos credores.....	1426
1.8.10.4.	Questões especiais.....	1426
1.9.	Cessão de direito hereditário (renúncia translativa).....	1428
1.9.1.	Cabimento e forma.....	1428
1.9.2.	Substituição testamentária, direito de acrescer e cessão de direito hereditário: art. 1.793, § 1º, CC.....	1428
1.9.2.1.	Substituição testamentária.....	1428
1.9.2.2.	Direito de acrescer na sucessão testamentária.....	1429
1.9.2.3.	Direito dos coerdeiros de mesma classe na sucessão legítima.....	1430

1.9.3.	Cessão de direito hereditário e direito de preferência	1430
1.9.4.	Fato gerador do ITBI se cessão for onerosa	1431
1.9.5.	Exigência de outorga conjugal	1431
1.9.6.	Questões especiais	1432
1.9.6.1.	Cessão de meação	1432
1.10.	Benefício de inventário	1434
1.11.	Vocação hereditária.....	1435
1.11.1.	Nomenclaturas: incapacidade sucessória, incapacidade testamentária passiva, legitimação ou vocação hereditária?	1435
1.11.2.	Regra geral	1436
1.11.2.1.	Exceção	1436
1.12.	Exclusão da sucessão	1438
1.12.1.	Definição.....	1439
1.12.2.	Hipóteses do art. 1.801 do CC: exclusão da sucessão ou vocação hereditária?	1439
1.12.3.	Uma questão de nomenclatura: exclusão da sucessão, incapacidade sucessória, ilegitimidade sucessória ou falta de legitimação?	1439
1.12.4.	Indignidade (para sucessão legítima ou testamentária)	1440
1.12.4.1.	Hipóteses	1440
1.12.4.2.	Legitimidade processual para a exclusão e decadência.....	1446
1.12.4.3.	Reabilitação.....	1447
1.12.4.4.	Eficácia retroativa com flexibilizações	1448
1.12.5.	Deserdação (só para sucessão legítima)	1448
1.12.5.1.	Noção geral e restrição a herdeiros necessários...	1448
1.12.5.2.	Hipóteses	1449
1.12.5.3.	Legitimidade processual para a exclusão e decadência.....	1451
1.12.5.4.	Revogação do testamento como desistência de deserdar.....	1452
1.13.	Classificação quanto à fonte (sucessão legítima, testamentária ou irregular)	1452
1.13.1.	Sucessão testamentária ou <i>secundum tabulas</i>	1452
1.13.2.	Sucessão legítima ou <i>ab intestato</i>	1452
1.13.3.	Sucessão anômala ou irregular	1452
1.13.4.	Vedação à sucessão contratual (pacto corvino, pacto sucessório ou pacto corvina): conceito, renúncia recíproca à herança em pacto antenupcial e partilha em vida.....	1453
1.13.5.	Questões especiais	1454
1.13.5.1.	“Pagamento direto”: Verbas trabalhistas, tributárias e de investimento	1454
1.14.	Meação, herança e legado.....	1461
1.14.1.	Distinção	1461
1.14.2.	Cálculo do acervo hereditário (monte-mor).....	1462

1.14.3.	Questões especiais	1462
1.14.3.1.	Valores devidos a título de seguro de pessoa (como seguro de vida)	1462
1.14.3.2.	Valor decorrente de pecúlio por morte ou invalidez	1463
1.14.3.3.	Previdência privada complementar aberta (VGBl e PGBL)	1463
1.15.	Classificação quanto aos efeitos (sucessão a título singular e a título universal): herdeiro vs. legatário	1465
1.16.	Espécies de herdeiro	1465
1.17.	Legítima	1466
1.17.1.	Definição.....	1466
1.17.2.	Exceções à intangibilidade da legítima.....	1467
1.17.2.1.	Indignidade.....	1467
1.17.2.2.	Deserdação.....	1467
1.17.2.3.	Deserdação <i>bona mente</i> : cláusula restritiva da propriedade	1467
1.17.3.	Proteção da legítima em vida	1467
1.17.3.1.	Doação como antecipação de legítima	1467
1.17.3.2.	Doações inoficiosas	1468
1.17.3.3.	Redução testamentária	1468
1.17.4.	Cálculo da legítima	1468
1.17.4.1.	Regra geral	1468
1.17.4.2.	Exceções	1468
1.18.	Colaço.....	1469
1.18.1.	Definição.....	1469
1.18.2.	Objetos colacionáveis.....	1469
1.18.2.1.	Doações.....	1469
1.18.2.2.	Outras liberalidades.....	1469
2.	Sucessão Legítima.....	1470
2.1.	Direito real de habitação ao viúvo	1470
2.1.1.	Regras gerais e irrelevância de viúvo já ter imóvel particular..	1470
2.1.2.	(Im)possibilidade de alugar, dar em comodato ou de obter rendas com o imóvel?.....	1471
2.1.3.	Inaplicabilidade do direito real de habitação sobre imóvel em copropriedade com terceiros.....	1472
2.1.4.	Extinção do direito real de habitação do cônjuge e do companheiro em virtude da constituição de nova união.....	1473
2.2.	Sucessão <i>mortis causa</i> na união estável.....	1474
2.2.1.	Ordem de vocação hereditária na união estável	1474
2.2.2.	Companheiro como herdeiro necessário.....	1474
2.2.3.	Direito real de habitação para união estável (art. 1.831, CC) ...	1475
2.3.	Formas de recebimento na sucessão legítima.....	1475
2.3.1.	Por cabeça	1476
2.3.2.	Por estirpe.....	1476

	2.3.2.1.	Por direito de representação.....	1477
	2.3.2.2.	Por direito de transmissão.....	1477
	2.3.2.3.	Diferenças entre o direito de representação e o direito de transmissão.....	1477
2.4.		Ordem de vocação hereditária.....	1481
	2.4.1.	Ordem de vocação hereditária e <i>sucessio graduum uel ordinum</i>	1482
	2.4.2.	A ordem de vocação hereditária no CC.....	1482
	2.4.3.	1ª classe: consorte supérstite vs. descendentes.....	1485
		2.4.3.1. Regras gerais.....	1485
		2.4.3.2. Caso de ausência de viúvo: concorrência exclusiva entre descendentes.....	1485
		2.4.3.3. Problema do regime de bens.....	1488
		2.4.3.4. Quinhão mínimo ao viúvo.....	1493
		2.4.3.5. Cônjuge separado de fato há menos de 2 anos e o art. 1.830, CC.....	1493
	2.4.4.	2ª classe: cônjuge e ascendentes.....	1494
		2.4.4.1. Somente ascendentes.....	1495
		2.4.4.2. Cônjuge em concorrência com ascendentes.....	1497
	2.4.5.	3ª classe: viúvo.....	1502
	2.4.6.	4ª classe: irmãos.....	1502
		2.4.6.1. Irmãos como herdeiros facultativos: legítimos, porém não necessários.....	1502
		2.4.6.2. Irmãos e colaterais até o 4º grau.....	1502
		2.4.6.3. Irmãos: por direito próprio e por cabeça.....	1503
		2.4.6.4. Irmão pré-morto e o direito de representação do sobrinho.....	1504
		2.4.6.5. Irmão renunciante.....	1504
		2.4.6.6. Irmãos não podem ou não querem receber: sobrinhos herdaram por direito próprio e por cabeça....	1505
		2.4.6.7. Concorrência entre irmãos bilaterais e unilaterais: o privilégio do duplo sangue.....	1505
	2.4.7.	5ª classe: sobrinhos.....	1507
		2.4.7.1. Problema dos parentes de terceiro grau: sobrinhos (parente de 3.1. grau) e tios (parente de 3.2.).....	1507
		2.4.7.2. Partilha entre sobrinhos.....	1508
		2.4.7.3. Sobrinhos filhos de irmãos bilaterais e sobrinhos filhos de irmãos unilaterais.....	1509
		2.4.7.4. Direito de representação de sobrinho-neto?.....	1509
	2.4.8.	6ª classe: tios.....	1509
	2.4.9.	7ª classe: primo, sobrinhos-netos e tios-avós.....	1510
	2.4.10.	Heranças jacente e vacante.....	1511
		2.4.10.1. Regra geral.....	1511
		2.4.10.2. Estado como “achados e perdidos”: fora da vocação hereditária.....	1511

2.4.10.3.	Herdeiro aparente ou presuntivo	1511
2.4.10.4.	Herança jacente: definição e questões processuais	1512
2.4.10.5.	Herança vacante	1514
2.4.10.6.	Herança vacante como propriedade resolúvel	1515
2.4.10.7.	Inaplicação do direito de saisine ao Estado e usucapião de bens sem herdeiro aparente: inocorrência de usucapião sobre bens públicos	1516
3.	Sucessão Testamentária.....	1517
3.1.	Noções gerais	1517
3.2.	Princípio da vontade soberana do testador e o censurável “testamento magistral”	1517
3.2.1.	Definição.....	1517
3.2.2.	Irrelevância da discriminação entre netos quanto à origem da filiação	1518
3.2.3.	Discriminação pelo testador por outros motivos.....	1519
3.3.	Vedação ao testamento conjuntivo e os <i>pacta corvina</i>	1519
3.4.	Testamento vs. codicilo.....	1520
3.4.1.	Principal distinção	1520
3.4.2.	Codicilo: aplicação subsidiária das regras de testamento.....	1520
3.4.3.	Interação entre testamento e codicilo: revogação	1520
3.4.4.	Revogação tácita de codicilo com superveniente testamento	1520
3.5.	Flexibilização às solenidades do testamento.....	1521
3.5.1.	Noções gerais	1521
3.5.2.	Testamento de emergência, homologação de testamento particular sem testemunha e pandemia da Covid-19.....	1521
3.5.3.	Flexibilizações no testamento particular: quantidade de testemunhas, assinatura, impressão digital e outras formalidades..	1522
3.5.4.	Flexibilizações no testamento público.....	1523
3.6.	Capacidade de testar.....	1523
3.6.1.	Requisito.....	1524
3.6.2.	Irrelevância de mudança posterior do estado	1524
3.7.	Espécies de testamento	1524
3.7.1.	Formas ordinárias	1525
3.7.1.1.	Testamento público, de forma pública ou de forma aberta	1525
3.7.1.2.	Testamento particular, hológrafo ou privado.....	1526
3.7.1.3.	Testamento cerrado, secreto ou místico.....	1527
3.7.2.	Formas especiais	1528
3.7.2.1.	Testamento marítimo.....	1528
3.7.2.2.	Testamento aeronáutico.....	1528
3.7.2.3.	Testamento militar	1529
3.8.	Disposições testamentárias	1530
3.8.1.	Cláusula restritiva da propriedade.....	1530
3.8.1.1.	Definição	1530

3.8.1.2.	Sub-rogação real.....	1530
3.8.1.3.	Cláusula restritiva sobre bem da legítima (art. 1.848, CC): deserdação <i>bona mente</i> e cancelamento por perda da justa causa.....	1530
3.8.1.4.	Questões especiais.....	1531
3.8.2.	Elementos acidentais no testamento.....	1532
3.8.2.1.	Condição: permissão para herdeiro ou legatário..	1532
3.8.2.2.	Termo	1532
3.8.3.	Regras de Interpretação.....	1533
3.8.3.1.	Dúvida interpretativa (art. 1.899, CC).....	1533
3.8.3.2.	Erro acidental quanto à pessoa ou ao objeto (art. 1.903, CC).....	1534
3.8.3.3.	Presunção de rateio <i>pro rata</i> (art. 1.904, CC).....	1534
3.8.3.4.	Presunção de unidade na designação coletiva (art. 1.905, CC).....	1534
3.8.3.5.	Rateio do remanescente da parte disponível (arts. 1.906 e 1.907, CC).....	1534
3.8.3.6.	Disposição para generalidade de pessoas (art. 1.902, CC).....	1534
3.9.	Legado.....	1535
3.9.1.	Definição.....	1535
3.9.2.	Espécies.....	1536
3.9.2.1.	Legado de coisas certa alheia e de coisa comum....	1536
3.9.2.2.	Sublegado, legado de coisa do sucessor ou legado com encargo de entregar coisa a outrem	1536
3.9.2.3.	Legado de coisa genérica	1536
3.9.2.4.	Legado de coisa singularizada.....	1536
3.9.2.5.	Legado de crédito ou de quitação de dívida.....	1536
3.9.2.6.	Legado de alimentos	1537
3.9.2.7.	Legado de usufruto	1537
3.9.2.8.	Legado de imóvel	1537
3.9.2.9.	Legado de dinheiro	1537
3.9.2.10.	Legado em renda ou pensão periódica.....	1537
3.9.2.11.	Legado alternativo	1537
3.10.	Direito de acrescer	1537
3.10.1.	Definição.....	1538
3.10.2.	Cabimento e as conjunções na redação do testamento	1538
3.11.	Substituições testamentárias.....	1539
3.11.1.	Substituição vulgar, ordinária ou direta.....	1540
3.11.2.	Substituição recíproca.....	1540
3.11.3.	Substituição fideicomissária	1540
3.11.3.1.	Definição	1540
3.11.3.2.	Fideicomissário como concepturo	1541
3.11.3.3.	Limitação ao segundo grau	1541

3.11.3.4.	Classificação.....	1541
3.11.4.	Questões especiais.....	1541
3.11.4.1.	“Não querer” abrange “não poder”.....	1541
3.11.4.2.	Substituição vulgar sucessiva.....	1542
3.12.	Extinção do testamento.....	1542
3.12.1.	Classificação (extinção normal e anormal).....	1542
3.12.2.	Invalidade.....	1543
3.12.2.1.	Regras gerais.....	1543
3.12.2.2.	Anulabilidade.....	1543
3.12.2.3.	Nulidade.....	1544
3.12.2.4.	Decadência para declarar invalidade do testamento (arts. 1.859 e 1.909, parágrafo único, CC).....	1546
3.12.2.5.	Diferença prática entre anulabilidade e nulidade do testamento.....	1547
3.12.2.6.	Conservação do negócio jurídico para testamento (art. 1.910, CC).....	1547
3.12.2.7.	Questões especiais.....	1548
3.12.3.	Ineficácia do testamento.....	1549
3.12.3.1.	Redução testamentária.....	1550
3.12.3.2.	Revogação do testamento.....	1551
3.12.3.3.	Rompimento do testamento.....	1552
3.12.3.4.	Caducidade do testamento.....	1558
3.13.	Testamentária.....	1562
3.13.1.	Definição.....	1562
3.13.2.	Testamenteiro vs. inventariante.....	1562
3.13.3.	Pessoa jurídica como testamenteiro?.....	1562
3.13.4.	Remuneração (vintena).....	1562
3.13.5.	Indenização por despesas.....	1562
3.13.6.	Classificação quanto à origem.....	1562
3.13.7.	Classificação quanto à atribuição.....	1563
3.13.8.	Caráter personalíssimo.....	1563
3.13.9.	Ausência de competência para pedir a colação.....	1563
4.	Inventário e partilha.....	1563
4.1.	Regras gerais: aspectos processuais e extrajudiciais.....	1563
4.1.1.	Procedimento judicial de abertura, registro, confirmação e cumprimento de testamento.....	1563
4.1.2.	Procedimento judicial de inventário e partilha.....	1563
4.1.3.	Procedimento extrajudicial de inventário e partilha (inventário extrajudicial).....	1564
4.1.4.	Dispensa de procedimento de inventário e partilha.....	1564
4.2.	Identificação da existência de testamento.....	1564
4.3.	Sobrepilha.....	1565
4.4.	Sonegação.....	1565
4.4.1.	Noções gerais e requisitos.....	1565

4.4.2.	Descabimento da aplicação da pena de sonegação sobre meação.....	1565
4.4.3.	Questões especiais.....	1566
4.4.3.1.	Dúvida jurídica razoável para afastar pena: caso da conta bancária conjunta (presunção relativa de cotitularidade igualitária).....	1566
4.5.	Herdeiro preterido.....	1566
4.5.1.	Regra geral: habilitação, cautelar de reserva de bens, ação de petição de herança e terceiros de boa-fé.....	1566
4.5.2.	Prescrição em ação de petição de herança: filho reconhecido e filho não reconhecido.....	1567
4.5.3.	Usucapião após partilha vs. ação de petição de herança.....	1568
4.6.	Invalidação da partilha vs. ação de petição de herança: partilha amigável e partilha judicial.....	1569
BIBLIOGRAFIA		1571